

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 16 DE JULHO DE 2008

NÚMERO 5.916

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1217
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 056ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 10/07/2008.....2

Atos da Mesa

Ato da Mesa DI.....12

Publicações Diversas

Audiência Pública.....12
Ata da Procuradoria.....20
Ata de Comissão Permanente.....
.....20
Aviso de Resultado.....20
Extrato.....21
Ofícios.....21
Portarias.....21
Projeto de Lei.....23
Redações Finais.....23

PLENÁRIO

ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Hoegen - Elizeu Mattos - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Julio Garcia - Marcos Vieira - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Convida parlamentares para participarem de uma audiência pública sobre consumo de drogas; aborda sistema carcerário do país.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Fala dos 31 anos da Igreja Universal do Reino de Deus; tece considerações sobre projetos de lei de sua autoria.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Relata o êxito da descentralização por toda Santa Catarina em termos de acessos pavimentados.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Fala da importância das ligações asfálticas nos municípios.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Refere-se à prisão do banqueiro Daniel Dantas.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Discorre sobre a liberação de Daniel Dantas.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença de lideranças do município de Laurentino.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Tece comentários acerca das próximas eleições.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Aborda matéria do jornal *A Notícia* sobre o depoimento de Nei Silva no plenarinho; comenta o estado das estradas em Caçador e Macieira.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Registra a falta de orçamento das secretarias Regionais para obras.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Aborda o caso Nei Silva.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Refere-se ao caso Nei Silva.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Reporta-se aos problemas de corrupção verificados em algumas ONGs; comenta reunião com o DNIT para tratar da duplicação da BR-470.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Comenta a CPI das ONGs.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Critica colocações do deputado Elizeu Mattos sobre a revista *Metrópole*; aborda o alto preço dos insumos agrícolas; comenta a cobrança de aluguel das cooperativas de eletrificação rural pelo uso da faixa de domínio nas rodovias.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Refere-se à revista *Metrópole*.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Refere-se ao aumento da inflação; critica o interesse de alguns parlamentares em continuar comentando o caso Nei Silva.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Critica colocações do deputado Reno Caramori a seu respeito.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Critica colocações do deputado José Natal acerca do caso Nei Silva.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a homenagem ao padre Marcos Hemkemeier, em Armazém.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Aborda a vacinação antigripal infantil em Jaraguá do Sul.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Refere-se à inauguração de uma praça em Canoinhas pelo governador em exercício Francisco Rodrigues de Oliveira Filho; aborda acesso asfáltico em Timbó Grande, realizado pelo governo do estado; elogia a descentralização; comenta a liberação de recursos para área da saúde de Canoinhas pelo governador em exercício.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (aparte) - Reporta-se aos benefícios levados ao planalto norte pelo governador em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, é uma satisfação tê-lo novamente no comando desta Casa.

Srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da nossa Rádio AleSC Digital, o Brasil acordou, hoje, com uma notícia desalentadora, deputado Professor Grando: 1/4 dos brasileiros está drogado, segundo o levantamento feito na pesquisa domiciliar brasileira sobre o uso de drogas realizado pela Secretaria Nacional Antidrogas - Senad -, com o apoio do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas.

Esse levantamento foi feito em 100 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes. E o mais preocupante, sem dúvida, é a constatação de que é cada vez mais precoce o consumo de drogas entre crianças e adolescentes de 12 a 17 anos. É claro que o avanço das drogas no país, aliado ao tema do meio ambiente, é, sem dúvida, o maior desafio para a sociedade moderna.

Por isto faço esse preâmbulo, nesta manhã, srs. deputados: para convidá-los, como também os nossos telespectadores e os nossos ouvintes da Rádio AleSC Digital, para participarem da audiência pública que ocorrerá hoje, nesta Casa, de forma mais específica no auditório Antonieta de Barros, a partir das 14h, para debater sobre o consumo de drogas em Santa Catarina, buscando ações propositivas sobre a dependência química, além de procurar entender melhor quais são as políticas públicas e o papel do governo do estado nessa questão.

Mas eu voltarei a esse assunto da questão das drogas no país e, em especial, em Santa Catarina, na próxima semana.

Nessa mesma linha de raciocínio, srs. deputados, tenho mais uma notícia desalentadora para todos nós, catarinenses. Foi encerrado, esta semana, o relatório da CPI do Sistema Carcerário. E Santa Catarina, deputado Valdir Cobalchini, infelizmente, apareceu no ranking dos piores presídios.

Segundo o relator da CPI que fez uma lista com base em alguns critérios como superlotação, insalubridade, arquitetura prisional, ressocialização por meio do estado e do trabalho, assistência médica, maus tratos, o nosso estado apareceu, lamentavelmente, nessa lista dos dez piores presídios, com a penitenciária feminina de Santa Catarina.

De fato a situação do sistema carcerário no país preocupa todos nós. Eu me debrucei sobre algumas informações que acho relevantes para a nossa reflexão. Hoje, o Brasil tem 433 mil presos que consomem R\$ 800 milhões, uma média de R\$ 1,6 mil por mês por detento. Isso é lamentável, deputada Odete de Jesus, quando uma professora, e v.ex.a. é egressa desse segmento, recebe bem menos do que isso, talvez 50% disso. E nós, o estado, nós, cidadãos brasileiros, pagamos R\$ 1,6 mil por mês, R\$ 18 mil por ano. Um detento que tem uma reclusão de 30 anos chegará à cifra de R\$ 540 mil o seu custo para o estado brasileiro, e R\$ 1,6 mil dariam para manter tranquilamente dois universitários nas instituições de ensino superior particular neste país.

Pior que isso é saber que a cada hora nós temos dois novos presos no país e que desses 433 mil presidiários, 30% são portadores de HIV; que são 275 mil mandados de prisão sem vaga, mas isso porque temos 433 mil presos e no país temos "apenas", entre aspas, 245 mil vagas, sabendo também que a população carcerária brasileira cresce 7% ao ano. É preciso que busquemos soluções para isso.

Eu, neste modesto discurso, entendo que essa solução passa por três vertentes: a primeira delas, naturalmente, é a instituição do trabalho obrigatório. Não é possível, deputado Valdir Cobalchini, continuarmos com esse índice, sabendo que 80% da população carcerária não fazem nada, não trabalham, não estudam! Só isso já justifica, com certeza, o custo que o presidiário representa para o estado.

Eu tenho o entendimento de que o trabalho em nossas prisões não deveria ser uma opção, deveria ser impositivo não só buscando a ressocialização, mas também abreviando a pena.

Uma segunda alternativa é efetivamente as penas alternativas e, sobretudo, a grande solução é substituir as vagas nos presídios por vagas nas escolas.

Srs. deputados, esse precisa ser o nosso mote, o nosso axioma, a nossa bandeira maior. Enquanto parlamentar, vou lutar para que as vagas nos presídios sejam substituídas pelas vagas em nossas instituições de ensino.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, muito nos deixa feliz vê-lo retornando a esta Casa, o nosso magnífico presidente que tem realizado trabalhos belíssimos neste Parlamento catarinense.

Sras. deputadas, srs. deputados, nossa assessoria que nos acompanha, imprensa falada, escrita e televisada, assomo à tribuna para parabenizar a Igreja Universal do Reino de Deus pelos seus 31 anos. O trabalho iniciou no Rio de Janeiro, um trabalho simples, numa antiga funerária. E esse trabalho é feito com muito amor ao próximo, muita responsabilidade e muita dedicação, expandindo-se pelo Brasil todo, sendo que hoje estamos atuando em mais de cem países. É um trabalho que veio para pregar a palavra de Deus, para pregar a Bíblia Sagrada, para falar a verdade a todo aquele que crê e que se submete a esse Deus vivo e poderoso.

A Bíblia diz que aquele que se submete comerá, alimentar-se-ia com o trigo mais fino, deputado Ismael dos Santos, e saciar-se-ia com o mel que escorre da rocha.

Já estou na Igreja Universal do Reino de Deus, mas antes de entrar nessa igreja, eu, filha de mãe lavadeira, tive que lavar roupas para fora, deputado Valdir Cobalchini. Com oito anos de idade, eu estava na esfregadeira. Vim de uma família muito paupérrima. O pessoal lá de casa estava todo doente e eu era uma mulher que andava sem rumo nas ruas. Uma professora com diploma, mas doente e desenganada pela medicina, pronta para amputar a perna. Mas na Igreja Universal do Reino de Deus, através da fé, usando a fé sobrenatural nesse Deus vivo, Deus poderoso, criador do céu e da terra, aprendi a usar a fé e fui curada, graças a Ele.

Eu era uma mulher que andava fugindo para não morrer, porque o meu marido queria ficar com a amante. E eu, com um bebê nos braços, fugia de cidade em cidade para não morrer. Essa mulher deu a volta por cima porque encontrou esse Deus poderoso, e hoje tenho que agradecer de público a todos os bispos. Atualmente temos no estado de Santa Catarina, na maioria dos municípios, o trabalho de todos os bispos que por aqui passaram: do bispo Marcos Vinicius, que está hoje no comando do estado, e de todos os pastores regionais, que têm feito um trabalho com muita dedicação.

Quero agradecer a todos os obreiros, aos evangelistas; aos grupos de evangelização, enfim a todo o corpo orgânico da Igreja Universal do Reino de Deus. Eu sou uma integrante da Igreja Universal.

Gostaria de dizer a v.ex.as. que, graças a Deus hoje, eu dei a volta por cima, estou aqui como parlamentar no meu terceiro mandato, graças ao Deus vivo que me deu essa vitória. Foi Ele que multiplicou os votos e foi Ele que operou o milagre.

Estive em Fortaleza meses atrás e fui a única parlamentar catarinense a expor os projetos. Isso é um testemunho do meu Deus vivo. Eu tenho, aproximadamente, 150 projetos, sou a deputada que mais apresentou projetos de lei e a segunda com o maior número de projetos transformados em lei. O deputado Onofre Santo Agostini é o primeiro.

(Procede-se a exibição de slides.)

(Passa a ler.)

"Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual."

Esse projeto de lei autoriza o governo do estado a criar o Centro de Referência da Mulher, com atendimento às vítimas de agressão, disponibilizando serviço médico, odontológico, assistência social e encaminhamento marcado.

"Cria o Centro de Assistência de Proteção e Orientação ao Menor; institui o Minuto da Criança e do Adolescente antes das reuniões; inclui no calendário oficial do estado de Santa Catarina a Semana do Aleitamento Materno." Todos esses projetos já foram sancionados, são leis.

"Trata da criação do site oficial do serviço de investigação a crianças desaparecidas; institui o dia 12 de outubro como sendo o Dia do Desarmamento Infantil; dispõe sobre acesso dos menores de idade em *lan houses* e *cyber cafés*; autoriza o estado de Santa Catarina, através da secretaria de estado da Educação, a fixar nas salas de aula o número telefônico do disque denúncia" - isso já está acontecendo nas escolas da rede pública estadual; "institui o período de 13 a 19 de julho como a Semana Estadual de Conscientização do Estatuto da Criança e do Adolescente."

Ainda há o que "autoriza o governo do estado, através da secretaria de Educação, a criar turmas gratuitas do cursinho pré-vestibular na rede pública". Isso já está acontecendo, já implantamos no Instituto Estadual de Educação e está-se expandindo por todo o estado.

"Permite ao governo do estado criar serviço social." Esse projeto ainda está tramitando, não é lei, estou cuidando com carinho para que as escolas tenham o respaldo do assistente social.

Há ainda outros projetos de lei: "torna obrigatório as escolas da rede pública estadual de ensino ministrarem aulas sobre direitos humanos e dispõe sobre a divulgação dos pontos essenciais de declaração dos direitos humanos; proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente numa instituição de universidade", porque tem que dar vaga para outra pessoa; "autoriza o poder Executivo a criar o Programa Falando a Verdade sobre as Drogas, a informação a crianças e adolescentes."

Temos também o Programa SOS Vovô - atendimento a denúncias de maus tratos quanto à violência aos idosos. Não adianta haver somente o Estatuto do Idoso, hoje temos uma lei que os ampara.

"Autoriza o estado a instituir o cartão de saúde para a terceira idade"; assegura a prestação de serviços e possibilita incentivos às empresas que financiarem bolsas de estudo a professores que necessitem completar sua formação pedagógica; autoriza o governo do estado de Santa Catarina a criar o Programa Casa do Mestre", que é um incentivo à aquisição da casa própria para atender a professores da rede pública estadual.

"Projeto que acrescenta § 3º ao art. 11 da Lei n. 5.684/80, que garante a gratuidade aos policiais, bombeiros e militares no transporte rodoviário municipal". Nesse projeto trabalho há muitos anos, desde o meu primeiro mandato, e ainda não conseguimos conquistar como lei.

"Insere no calendário oficial do estado de Santa Catarina, na primeira quinzena do mês de dezembro, a Semana de Prevenção ao Câncer de Mama", porque é a doença que mais mata mulheres; "concede o direito às mulheres trabalhadoras em empresas públicas ou privadas, além de empregadas domésticas, a uma folga anual para realização de exame de controle do câncer de mama ou colo do útero; dispõe sobre a fixação nas recepções dos hospitais da rede pública e privada do estado de Santa Catarina, a Cartilha dos Direitos do Paciente". Essa já é uma realidade. Em todas as unidades hospitalares está na entrada essa cartilha. E assim por diante, srs. deputados.

Eu quero agradecer também ao Deus Vivo de Israel. Através da Igreja Universal do Reino de Deus foi que eu conheci esse Deus maravilhoso que multiplica talentos, sr. presidente.

Agradeço a v.exa., sr. presidente, por estar nos respaldando, e agradeço e parabeno todos os colegas parlamentares por aprovarem os nossos projetos de lei.

Que Deus abençoe a todos!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra próximo orador inscrito, deputado Valdir Cobalchini, que na forma do Regimento tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, sra. deputada Odete de Jesus, srs. deputados, estava inscrito, ontem, mas, infelizmente, não pude fazer uso da palavra, em função do encerramento da sessão.

Deputado Silvio Dreveck, v.exa. foi prefeito em São Bento do Sul e, pelas informações que temos - nós somos relativamente vizinhos, eu represento Caçador e a região -, em muitos dos municípios que represento v.exa. fez votação expressiva. Pelas informações que tenho, v.exa. fez um bom governo, tanto é verdade que se encontra aqui na Assembléia, com respaldo da população de São Bento do Sul e de toda a região.

Permita-me, deputado Silvio Dreveck, líder da bancada do PP, que eu faça um breve relato sobre o êxito da descentralização na nossa região e por Santa Catarina.

Eu comemor, hoje, presidente Julio Garcia, a conclusão das obras de pavimentação do acesso ao município de Timbó Grande, e falo do deputado Silvio Dreveck porque ele esteve lá na campanha. Eram 42 quilômetros de lama, de poeira, e um dos municípios mais isolados em Santa Catarina.

Tivemos o início dessa obra, infelizmente a empresa vencedora da licitação paralisou, abandonou o trecho. Foi necessário que outra empresa assumisse a obra daquela rodovia, e mais precisamente ontem a capa asfáltica foi concluída, o que para nós, catarinenses, e para os habitantes daquela região é motivo de alegria e satisfação.

Eu há pouco recebi uma ligação do diretor da empresa Zugman, que tem sede em Canoinhas e filial em Timbó Grande. Dizia-me ele que a partir da conclusão desse trecho pretende triplicar o tamanho da sua empresa em Timbó Grande.

Ontem ainda mantive contato com outra empresa importante que aportou em Timbó Grande há mais de 40 anos, a empresa Bonet, sediada também em Santa Cecília. Esse é apenas um dos exemplos.

Eu ouvia, ontem, o deputado Sargento Amauri Soares, que é nascido em Imbuia, dizer que estará nesse final de semana participando da inauguração do trecho Imbuia/Leoberto Leal.

Quero dizer a Santa Catarina e aos deputados que em 2003, no início do mandato do governador Luiz Henrique, 53 municípios não possuíam acesso pavimentado. Hoje, desses 53 municípios, 34, deputado Ivan Naatz, sem incluir Timbó Grande, portanto 35 já possuem acesso pavimentado. Esse é o maior programa de pavimentação de rodovias feito em Santa Catarina, que tira muitos municípios do isolamento e abre as portas, deputado Professor Grandó, para o desenvolvimento. Até porque é difícil imaginar que uma empresa se instale em municípios que não possuem as mínimas condições de infraestrutura e de logística, como o exemplo que citei de Timbó Grande.

Dos municípios que ainda não possuem acesso pavimentado, em 17 deles as obras estão em andamento e em apenas dois, Paial e Entre Rios, as obras não começaram.

Quero, além de reconhecer aqui todo o esforço, todo empenho decisivo do governador obstinado Luiz Henrique, reconhecer o trabalho do presidente do Deinfra, que hoje acumula também a secretaria de Infra-estrutura, Romualdo França, e do grande secretário, deputado federal Mauro Mariani, que tem feito em toda Santa Catarina uma verdadeira revolução em obras.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não! Ouço com muito prazer v.exa., deputado Professor Grandó.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Primeiro, gostaria de parabenizar v.exa., jovem, dinâmico. E tudo aconteceu porque na região de Caçador tivemos um bom secretário Regional. Realmente eu conheço aquela região, até porque o licenciamento ambiental daquelas obras ocorreu através do órgão que presidi. Eu fiz o caminho de Caçador até Timbó Grande, e depois de Timbó Grande até a nossa BR-116, dando toda dinâmica para o escoamento das riquezas e a integração de Timbó Grande.

Gostaria de dizer também que v.exa., com todo amor e carinho, sabe da importância da ligação de Porto União a Caçador. São mais de 80 quilômetros. Vejam quanta dinâmica Luiz Henrique, como governador, criou nessa região.

Quero também dizer que o trecho Entre Rios e Paial será licitado brevemente e que, sem sombra de dúvida, até meados do próximo ano todos os municípios serão asfaltados. Será o primeiro estado que chegará a esse ponto, e talvez o primeiro estado da América Latina que vai ter ligações asfálticas em cada município, porque é lá que a pessoa nasce, cresce, trabalha, produz e torna-se cidadão.

Ainda gostaria de dizer que poucos sabem que Leoberto Leal pertence à Grande Florianópolis, e é tão distante que vai ser ligado com Imbuia esse final de semana. Se Deus quiser e tivermos tempo, talvez estejamos lá para prestigiar esse evento que é tão importante.

Falo isso porque fui prefeito e espero que v.exa. se eleja prefeito com essa experiência que tem. Quando assumi a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, havia quatro municípios que não tinham ligação asfáltica, que eram: Leoberto Leal, Major Gercino, São Bonifácio e Anitápolis. Agora, tudo está ocorrendo e encerrando-se com ligações asfálticas.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte!

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputado Professor Grandó.

Nós, que viemos do oeste de Santa Catarina, imaginávamos que aqui na Grande Florianópolis todos os municípios possuíam acesso pavimentado, mas não era o caso de São Bonifácio, Anitápolis e de outros municípios. Foi preciso um governador do interior do estado para fazer essas obras que há muito eram esperadas por esses municípios.

A região oeste de Santa Catarina, que durante muitos anos não teve o devido tratamento por parte dos nossos governantes, vê, hoje, todos os seus municípios, as suas pequenas comunidades, a sua população de cabeça erguida, de moral elevada por possuir também direitos que antes eram apenas e tão-somente reservados aos municípios centrais ou do litoral do nosso estado. Hoje em todo estado espalhou-se o desenvolvimento através de ações importantes como essa que levou a pavimentação a todos os municípios de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Ivan Naatz, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Sr. presidente, é um prazer vê-lo novamente na condução dos trabalhos desta Casa.

Sras. deputadas e srs. deputados, é inegável a situação que o país atravessa, hoje. Durante esta semana nós tivemos a oportunidade de assistir a dois fatos extremamente diferentes. O primeiro diz respeito à prisão dos 17 envolvidos em vários delitos, vários crimes, vários fatos negativos para o país que, como diz a senadora Ideli Salvatti, são casos já conhecidos, casos de desvios de dinheiro, de lavagem, de corrupção, que ronda o banqueiro Daniel Dantas.

Então, houve a prisão dos 17 envolvidos, dentre eles do ex-prefeito da capital paulista Celso Pitta, pessoas de muito poder econômico e político neste país.

Tivemos, na segunda e na terça-feira, um momento de muita alegria, porque sentíamos que o país começava a caminhar no rumo da punição daqueles que, efetivamente, acabam causando o maior mal para este país, que é a apropriação da verba pública, a utilização do favorecimento indevido em fins obscuros, em fins próprios.

Mas, passada a prisão, deputado Ismael dos Santos, logo nas primeiras horas o STF determina a soltura do banqueiro Daniel Dantas. Eu fico a me perguntar: como um inquérito policial que corre na cidade de São Paulo chega ao STF em poucas horas? Fico me perguntando como o STF decide a liberdade de um banqueiro que, segundo a imprensa, teria desviado R\$ 1,3 bilhão em divisas para o exterior? Como um banqueiro, que consegue controlar todo o sistema de telefonia do país, consegue tirar o inquérito policial da Polícia Federal da capital paulista e em poucas horas, deputado Silvio Dreveck, muito poucas horas, consegue uma liberdade no STF?

Em toda minha de vida de jurista, de advogado, nunca presenciei tamanha rapidez num processo. E o que estranho mais ainda é que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, nem conhecia o inquérito policial e já colocava na imprensa declarações em defesa dos presos. Mas era questão de horas, os presos não estavam nem ainda na carceragem da Polícia Federal, e já no STF se ouvia manifestações em defesa de Daniel Dantas e de sua quadrilha.

Eu fico a me perguntar, deputado José Natal: se fosse um pobre, se fosse um cidadão que tomou uma taça de vinho e dirigiu um carro?

O que me preocupa também é essa questão de horas, porque entre a prisão de Daniel Dantas, pelo Primeiro Grau, em São Paulo, e a imediata soltura pelo STF, foi questão de horas. Como isso acontece? Como é possível? Quantas vezes os advogados ficam dias na porta de um gabinete esperando uma decisão de soltura de um cidadão que não tem recursos financeiros?! E como o presidente do STF, antes mesmo de conhecer o volume do inquérito, já sai em defesa dos presos?

A coluna da *Folha de S.Paulo* de hoje, de Heródoto Barbeiro, traz muito bem isso. Quando perguntado o que ele pensava da soltura de Daniel Dantas, da irmã Verônica e de mais outros três envolvidos, disse que achava exatamente aquilo que conclui ontem: que seriam soltos em horas. Porque na medida em que o presidente do STF vai à televisão defender o preso sem mesmo conhecer os autos do inquérito, é uma questão de profunda reflexão.

Srs. deputados, e tem mais: segundo a reportagem e as matérias publicadas na imprensa em geral, o próprio Daniel Dantas disse que no STF não haveria problema, que resolvessem a situação na Instância de Primeiro Grau, que no STF isso seria resolvido.

Então, essa é uma questão para profunda reflexão. Nós precisamos refletir especificamente por que Daniel Dantas disse que resolve as coisas no STF com tanta facilidade? E por que o STF determina a soltura de Daniel Dantas e da sua irmã, Verônica, em questão de horas? É uma questão que precisa ser explicada e necessita de reflexão, caso contrário nós continuaremos a ver a absolvição dos ricos, dos poderosos, daqueles que têm mais dinheiro em detrimento dos mais pobres e dos menos favorecidos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Pois não! Com muito orgulho, deputado Ismael dos Santos, concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa., sendo um operador da Justiça, fala com muita autoridade sobre o assunto.

Eu só gostaria de fazer duas observações quanto ao encaminhamento desse processo e dessa liberação: a primeira delas é que entendo que o ministro, embora tenha absoluta legitimidade para ter julgado isso de forma isolada, poderia ter feito com o colegiado, sobretudo pelas implicações sociais desse caso.

E a segunda questão que me chama a atenção é que essa liberação aconteceu na calada da noite, de madrugada. Por que não à luz do dia?

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Hoje ouvi uma reportagem na rádio CBN, logo quando vinha para a Assembléia Legislativa, questionando por que só os ricos conseguem liberação pela madrugada? Por que só quem desvia R\$ 1,5 bilhão para o exterior, sem pagar recursos, sem pagar os impostos, consegue que um ministro do STF fique trabalhando até a madrugada para despachar em favor de seus direitos? Será que os criminosos de colarinho branco são menos criminosos?

Então, nós esperamos uma posição do colegiado do STF porque essa decisão pode ser revista a qualquer momento. É uma decisão liminar que pode ser revogada a qualquer hora, mas temos também que tenhamos mais um caso Cacciola neste país, mais um cidadão que, diante do trabalho elogiável da Polícia Federal, consegue se esvaír da zona do crime e ir para o exterior para curtir lá em Mônaco, Paris, Amsterdã as benesses da sacanagem, da safadeza e da apropriação do dinheiro público que fez aqui neste país pequeno, inculto, ignorante e corrupto, que é o Brasil.

Para concluir, devo dizer que fico muito triste, deputado Reno Caramori, por não poder contribuir para que tenhamos um país mais digno, mais honrado e que tenha melhores exemplos. Eu prometo ficar acompanhando essa questão no STF, porque não é possível mais admitir que cadeia seja instituída apenas para pobres e pretos, para quem não tem defesa, para os menos favorecidos, para as pessoas de menos escolaridade. Nós precisamos ter uma Justiça única para todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Como o deputado Ismael dos Santos declina, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Com a desistência dos oradores do PMDB, o próximo horário é destinado ao PT.

(Pausa)

Não havendo deputados do PT que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário é destinado ao PSDB.

(Pausa)

Com a desistência do PSDB, o próximo horário é destinado ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, quero, com muita satisfação, anunciar a presença nesta Casa, tratando de assuntos inerentes ao município de Laurentino, do nosso amigo Valdemiro, que é candidato a prefeito daquela cidade, acompanhado do Juvenal, do Juraci Simão e do Adelirio Hansen que é o comandante maior do PSDB de Laurentino. Tenham os senhores um dia agradável na capital e aqui nesta Casa, em benefício daquele município que gostamos e tratamos com muito carinho.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, nós que viemos de longo caminho sabemos da importância da democracia e da importância do fortalecimento dos partidos para que esta democracia seja participativa e para que ela realmente atenda as principais reivindicações, que vá ao encontro do povo de forma criativa, de forma que não possa comprometer o futuro das gerações, pois sabemos quanto é importante em cada momento eleitoral desenvolver as campanhas políticas. Cada partido hoje tem a sua experiência, porque a democratização, a redemocratização os consolidou.

É importante que tenhamos partidos grandes, como se diz, em número de representantes, mas também é importante a participação de partidos pequenos e de todos os partidos que possam ocupar o espaço do proselitismo, da questão ambiental, socialista, social democrática, liberal, conservadora, porque não é feito ser de uma das correntes políticas. O feio é haver corrupção, é ser antidemocrático.

Quando as coligações são estabelecidas, são feitas sobre programas, sobre objetivos, principalmente no poder local, no município... Por isso, cada partido hoje às vezes é questionado, o que é normal, é comum, faz parte da democracia. As coligações se estabeleceram em vários municípios, mas todas elas são programáticas, com o objetivo de ter alternância no poder para poder implementar as políticas que aquela coligação fez.

Por isso, temos que aprender a conviver com educação, com democracia, respeitando todos os partidos. Eu fico triste quando alguém faz política contra alguém ou contra um partido político. Isto não é educativo e não é pedagógico. O que é pedagógico, sim, são as vitórias ou as derrotas dos nossos ideais, que nos ensinam a respeitar o povo pelo seu posicionamento.

Quero conclar a cada cidadão que vai fazer uso do seu voto, no sentido de que saiba que está utilizando a maior e a melhor arma para realmente atingir o objetivo pelo qual tanto lutamos e que só o próprio cidadão e Deus saibam em quem votou.

Portanto, é o momento para analisar todos os programas e projetos, em cada município de Santa Catarina, e escolher o melhor candidato que vá ao encontro da participação popular, que vá ao encontro das demandas e das prioridades de cada município.

Este momento eleitoral é o momento de conquista de uma luta de mais de 20 anos, quando nós não tínhamos sequer eleições, por exemplo, em municípios como capitais de estado, em municípios de fronteiras, em águas termais, muito menos para o governo de estado e Presidência da República, tivemos até senadores biônicos. Vejam quanto esta luta foi importante no passado.

Por isso, agora, ao exercer este direito, estaremos respeitando todos os partidos. Vamos discutir as nossas diferenças nas idéias e nas propostas. É através da paz e cuidando do meio ambiente que nós vamos melhorar este mundo. Aliás, na época em que nós estamos vivendo, quem não lutar pela paz mundial e não lutar pelo meio ambiente está fora do processo político. Por isso, todos os partidos têm que inserir esta reivindicação da paz e do meio ambiente.

Espero que cada candidato cuide do saneamento do seu município e que tenha uma fundação...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nós havíamos preparado uma matéria talvez mais importante para a manhã de hoje, mas eu já me inscrevi no horário de Explicação Pessoal para fazer alusão àquela matéria.

Deputados Silvio Dreveck, Professor Grando e Ivan Naatz, hoje pela manhã lendo o jornal *A Notícia* me deparei com algumas inverdades. Por isso resolvi usar o horário reservado ao PP para dirimir algumas dúvidas, porque quem não presenciou na manhã de ontem o depoimento, muito responsável, do nosso convidado Nei Silva, e ler o jornal, vai subentender que nós burlamos a lei, o que não é verdade. Esta Casa é o palco para dirimir dúvidas, para esclarecer e para resgatar a verdade.

Farei a leitura de um depoimento expresso no jornal *A Notícia*, na coluna CANAL.aberto, do respeitável comunicador político, Cláudio Prisco Paraíso.

Numa bela foto, advogado que é, o respeitável deputado Herneus de Nadal diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Não acrescentou nada a presença do empresário Nei Silva ontem na Assembléia. Além de não ter feito nova revelação, não apresentou nenhum documento bombástico ou revelador.

Para o líder do governo, Herneus de Nadal (foto), 'a oposição está querendo transformar um réu em herói e ainda zombando do Judiciário catarinense, encarregado de julgá-lo. Os opositoristas se agarraram no tal livro, na expectativa de visibilidade em ano eleitoral.'" [sic]

Srs. deputados, um advogado não pode dizer isso, porque esse processo ainda está na esfera da instrução, da denúncia de extorsão na delegacia de polícia e ainda será feita a denúncia ao Ministério Público. Aí, sim, o Judiciário poderá entrar em ação. E em momento algum Nei Silva afrontou o Judiciário, pelo contrário, ainda elogiou a pessoa do dr. Renato que estava presente na reunião e teceu alguns comentários.

Portanto, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Como diz o Miguel, "uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa". Estamos aqui mostrando que a empresa *Metrópole* enfrenta a negativa, assim afirmada pelo seu proprietário, de pagamento de um contrato. Então, não vejo razões, meu querido Prisco Paraíso. É óbvio que o senhor escreveu o depoimento do nobre deputado Herneus de Nadal, que acho que se antecipou aos acontecimentos.

(Continua lendo.)

"Herneus de Nadal também chamou a atenção para o fato de a oposição ter provocado o depoimento de Nei Silva, desrespeitando solenemente o regimento interno da AL. 'O precedente é grave, na medida em que o convite não foi aprovado nem pelas comissões técnicas, muito menos pelo plenário', assinalou o líder governista, lembrando que as dependências do Legislativo foram utilizadas." [sic]

Ninguém invadiu, srs. deputados, o plenarinho desta Casa. O plenarinho foi disponibilizado pela Mesa Diretora da Assembléia, dentro das prerrogativas legais e éticas. Portanto, não houve invasão. Não houve também convite formal aos srs. parlamentares para que estivessem presentes naquela reunião, tendo em vista o calendário eleitoral extemporâneo, porque foi um acordo de lideranças no sentido de que fosse utilizada a quarta-feira pela manhã, que não é praxe para a sessão plenária, e coincidiu parte desse tempo com a entrevista com o empresário Nei Silva.

Então, não houve, em absoluto, quebra de decoro, não houve, em absoluto, desrespeito ao Regimento Interno, porque foi apenas um convite, e quantas vezes foram convidadas personalidades, autoridades e não autoridades para esclarecimentos no plenarinho desta Casa, até no auditório maior ou neste plenário, quando não há convocação extraordinária, desde que a Mesa Diretora disponibilize o espaço nesta Casa.

Portanto, é mais uma inverdade, e que não pairam dúvidas, pois isso está expresso nos autos ou nas leis da Casa.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Reno Caramori.

V.Exa. está de parabéns pelo seu pronunciamento. Em primeiro lugar, ninguém se manifestou com relação ao Judiciário. O nosso respeito pelo Judiciário é muito grande. Jamais foi tocado o assunto na questão do Judiciário catarinense. Então, isso não corresponde com a verdade, tanto é que foi gravado lá.

Gostaria de colocar outro assunto, se v.exa. me permitir, deputado. No dia de ontem, abordei aqui o modelo da descentralização, que venho dizendo que não concordo, e hoje o deputado Valdir Cobalchini colocava aqui quanto que a descentralização tem permitido fazer pavimentação de asfalto no acesso aos municípios. O que tenho dito e volto a repetir, e que isso fique bem claro, é que as Regionais não têm orçamento para executar obras porque a obra de acesso aos municípios é feita com dinheiro do BID, dinheiro do Tesouro do Estado e não do orçamento das secretarias Regionais.

Então, parabenizamos o governo pelas obras, reconhecemos isso, mas o que repetimos e afirmamos é que as secretarias Regionais não têm orçamento para executar pequenas e grandes obras.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Silvio Dreveck, eu gostaria que v.exa. visitasse duas obras lá na minha terra, em Caçador, e em Macieira. É a vergonha da descentralização. A estrada em Macieira é simplesmente o terror de uma região. Quando a chuva está no Rio Grande já não transita mais ninguém por aquela rodovia, a não ser pelos atalhos - isso eu já denunciei nesta tribuna -, nas estradas que são construídas no meio dos reflorestamentos feitos pelas empresas, porque não há condição de passagem pela rodovia que está em obras. Há quase três anos que está em obras uma rodovia de 19 quilômetros. É o fim da picada! Vão lá ver, srs. deputados. Eu vou filmar e vou trazer para cá essa filmagem, para mostrar ao povo de Santa Catarina quanto é importante a descentralização, principalmente na minha terra.

O acesso norte que une a SC-302, que vem de Porto União, com a estrada que dá acesso à BR-116, num convênio entre o governo do estado e a prefeitura municipal, foi palco da campanha eleitoral do então governador e de candidato a deputado. Retiraram as placas de vergonha e agora recolocaram-nas novamente. Na ponte, que foi atribuição do prefeito, nasceram as bracingas de 10 cm de diâmetro, as quais foram serradas quando foram retomadas as obras pelo convênio com o governo do estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0267/2008, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, conforme o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Carlos Chiodini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidente da Associação Húngara de Jaraguá do Sul, cumprimentando-a pela realização da Festa Catarinense do Strudel.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Santo Amaro da Imperatriz, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senador Casildo Maldaner, cumprimentando-o pela posse no Senado Federal.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao procurador Juliano Dossena, cumprimentando-o pela posse no cargo de vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário da Infra-Estrutura, cumprimentando-o pela conclusão da pavimentação da rodovia SC-478, no município de Timbó Grande.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro das Minas e Energia e ao presidente da Petrobras, pedindo a instalação de Usina de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito no município de São Francisco do Sul.

A Presidência defere de plano.

Eram estas as matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Srs. deputados, quero dar boas-vindas ao presidente e deputado Julio Garcia, que está retornando à Casa, deixando-nos bastante alegres.

Deputados José Natal, Reno Caramori e deputada Odete de Jesus, quero informá-los que os meus filhos estão bem, tanto a Maria Luiza quanto o Carlos Eduardo. Eles passam bem, graças a Deus!

(Manifestação fora do microfone)

Não, não foi um erro! Há gente que está mais para escrever livro de ficção, porque tem uma imaginação muito grande, uma imaginação fértil, deputado Ismael dos Santos. Cuidado! Daqui a pouco vai dar ciúmes no Spielberg, porque vão começar a fazer filme de ficção com o apoio de alguns parlamentares desta Casa. Ficção, para quem não sabe, é a arte de imaginar. E isso é o que nós temos acompanhado aqui, nos últimos dias.

Mas eu não iria, deputado Professor Grandó, falar sobre esse negócio de extorsão, porque achava que isso já estava entendido, já tinha sido esclarecido. Mas hoje abro os jornais e vi que eu não tinha entendido tudo, deputado Serafim Venzon. Eu comecei a analisar quando abri os jornais.

Eu comecei aqui a ouvir uma gravação, que também não é oficial, feita pelo Nei "Spielberg" da Silva, que mostra aqui o assessor maior do ex-governador fazendo parte de todo esse processo. Agora eu comecei a entender esse processo!

Primeiro, se há mais de um ano o PP, deputado Ismael dos Santos, sabia e estava participando disso - vamos tirar algumas conclusões, deputado Carlos Chiodini, nesta leitura, pois vou retornar àquilo que já falei desta tribuna -, sabia desse esboço, o que um partido sério faz? Primeiro de tudo, vai denunciar! Partido sério denuncia. Segundo, se viu aquele esboço, há a conversa clara aqui, está no *Diário Catarinense* e no *Jornal de Santa Catarina*, está em todos os jornais, e não era aquilo, não acreditou naquela imaginação, naquela loucura que foi apresentada. Não acreditou! É a segunda conclusão que eu tiro, deputado Carlos Chiodini.

Mas vamos para a terceira conclusão, que eu não acredito muito. Se ele viu tudo aquilo, viu que estava sendo negociado com o seu Gley Sagaz, está no jornal *A Notícia*, que é advogado do PP, que está aqui negociando, não sou eu que estou falando, e não acreditou no primeiro momento, foi cético, então, só há uma conclusão que eu posso tirar depois dessa conversa, que eu não quero acreditar, deputado Carlos Hoegen: ele participava desse conluio da extorsão, porque até aquele momento, se não me engano, esse cidadão, que diz que alguém devia para ele R\$ 300 mil e de uma hora para outra, numa matemática - eu, que sou economista, deputado Carlos Hoegen, não entendi -, passou, depois dessa conversa com o Gley Sagaz, está aqui no jornal, para R\$ 1.460 milhão. Foi uma valorização incrível!

E depois vem o nobre advogado Gley Sagaz e diz que essa gravação não é oficial. Nenhuma gravação é oficial, nenhuma foi autorizada pela Justiça! Nenhuma foi autorizada! Pimenta nos olhos dos outros não arde! Não arde! Nenhuma gravação foi autorizada! E essa gravação é clara, está aqui: foi o cidadão pilantra da extorsão tentando chantagear o governo. Está claro aqui, deputada Odete de Jesus, muito claro.

Mas eu vou agora pelo lado oficial, deputado Carlos Chiodini. Tenho aqui algumas gravações transcritas pela polícia, deputado Ismael dos Santos, entre o seu Nei Silva e o sr. Danilo.

(Passa a ler.)

"Uma parte, entendo, tem que ser mais comprometedor para nós.

Então, isso aí, isso aí, mata no peito que nós chegamos ao denominador comum."

O que é o denominador comum? Está aqui o documento que iriam apresentar, que prova uma extorsão. É documento, é oficial, que foi pego pela polícia. Olhem o documento que eles iriam apresentar, que é uma extorsão, que é prova de uma extorsão. E o seu Gley Sagaz está até o pescoço enterrado nessa gravação aqui, que é clandestina, que é do PP. Está aqui:

(Continua lendo.)

"Quaisquer informações sobre as publicações de um ensaio ou *print* de um projeto de livro A DESCENTRALIZAÇÃO NO BANCO DOS RÉUS, será de exclusiva responsabilidade de quem publicou, considerando a absoluta falta de prova sobre o assunto, sua *print* foi ensaiada sob forte emoção. Sua eventual publicação será fruto de jornalismo maldoso ou comprometido com interesses escusos, contrariando o princípio contraditório. Da mesma forma, a publicação reitera o propósito de contribuir para o fortalecimento do processo democrático da imprensa." [sic]

É uma parte que estou lendo de um documento que mostra a extorsão claramente assinado pelo sr. Ivonei Raul da Silva (Nei Silva), diretor da revista *Metrópole*/Editora Metrópole Ltda.
CNPJ: 73.482.564/0001-81

Isso aqui é documento.

Qual é a conclusão que se tira disso? Eu, refletindo, pensando, analisando, entendo que a conclusão é só uma. É a mesma, é aquela de tentar construir um processo de cassação ao governador Luiz Henrique da Silveira. Isso é claro! Até a minha menina de oito anos, lendo isso, vai chegar a essa conclusão. Desculpem-me, mas é querer chegar ao governo a qualquer custo, nem que seja pelo tapetão! Nem que seja pelo tapetão! Porque o povo já abandonou essa gente. Só há um jeito: é se armar, é se aliar com bandidos e pilantras e vamos dar um tombo, vamos ganhar e vamos assumir o governo do estado.

Eu não chego à outra conclusão, eu não consigo chegar, por mais que eu pense e analise. Eu estou desde as 8h lendo e analisando isso. Porque ontem chegamos aqui e houve deputado aqui desta tribuna dizendo que nunca tinha visto uma pessoa tão transparente na vida. Pelo amor de Deus! Usaram esta tribuna e falaram isso. Mas o pior é que não falaram baixinho, falaram alto. Disseram que nunca tinham visto um cidadão tão transparente. Que transparência é essa, gente? Transparência de um conluio realmente da extorsão.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Deputado Elizeu Mattos, tenho o dever de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e pela pertinência dos fatos que não foram divulgados até então, que mostram a realidade do caso, com profundidade, de todos que estão envolvidos na real questão da revista *Metrópole* e tudo mais.

E faço uma colocação, a título de sugestão, ao deputado Ivan Naatz: na condição de advogado, como colocou, com o juramento que fez, peço que nos ajude agora, também como suplente, sem ficar vinculado a nenhum partido que muitas vezes não é o seu, a esclarecer a verdade dos fatos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço, nobre deputado Carlos Chiodini, o aparte.

Deputado José Natal, só quero dizer aqui, mais uma vez, para a sua tranquilidade, que Maria Luiza e Carlos Eduardo estão bem, graças a Deus.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Carlos Hoegen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Sr. presidente, que bom vê-lo novamente no comando desta Casa.

Srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, servidores desta Casa, imprensa, eu gostaria de destacar hoje que, ao abrir os jornais nesta quinta-feira, encontrei um belíssimo editorial no jornal *Diário Catarinense* falando sobre as deformações do terceiro setor.

Estamos assistindo no Brasil uma CPI que investiga as ONGs, muito bem capitaneada pelo nosso senador Raimundo Colombo. A verdade é que quase ninguém tem interesse nas verdadeiras apurações em relação à participação de pilantras e de gente que apenas usa essas ONGs para se beneficiar.

Mas, a par disso, nós temos que insistir nessa apuração, e lá o senador Raimundo Colombo faz um trabalho incessante, um trabalho perseverante no sentido de esclarecer. E, como disse a deputada Odete de Jesus, este país tem de ser passado a limpo.

Mas no editorial do *Diário Catarinense* está, entre outras coisas, que o Brasil conseguiu transformar essa invenção em mais uma atividade deformada pela corrupção, sonegação e empreguismo. Na verdade, essas ONGs que foram criadas para auxiliar o estado eram para ser entidades que deveriam cumprir, deputado Ismael dos Santos, o papel que o estado não conseguia cumprir, que é o atendimento às crianças, aos idosos, aos dependentes químicos, às questões ambientais e tantas outras questões.

Mas temos que chamar a atenção das pessoas para o seguinte fato: essas distorções, esses delitos, esses crimes não podem, de maneira alguma, macular, manchar a imagem de entidades que contribuem, de forma decisiva, para um Brasil melhor.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Quero me somar à sua preocupação, até como presidente de uma instituição, de uma ONG há mais de dez anos. É aquela velha história, os bons não podem pagar pelos maus.

E como dizia o grande escritor inglês Thurston, nunca derrube uma cerca sem saber por que ela foi construída. A maioria destas ONGs, eu diria 90%, foram construídas com idealismo, com transparência, e é preciso muito cuidado, muita cautela para separar o joio do trigo.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - É verdade, temos que partir em defesa dessas entidades, dos clubes de serviços, das pessoas de bem que integram entidades que com respeito, com denodo e com capricho vão cuidando de situações onde o estado está ausente. E v.exa., deputada Odete de Jesus, cumpre também esta missão com grande galhardia, não apenas na igreja, mas também nas entidades que capitaneia, que conduz, que participa, assim como muitos deputados que aqui estão.

Mas nós que estamos lá, num pequeno município, numa região onde todos se conhecem, sabemos muito bem o trabalho, o diferencial dessas entidades. Portanto, temos que efetivamente separar o joio do trigo, porque existem, sim, entidades que estão corrompidas, onde estão enxertados cidadãos e cidadãs que têm segundos interesses na participação dessas entidades. Mas a maioria absoluta delas cumpre a missão de assistir aos que precisam, para os quais o estado está de olhos fechados e não oportuniza absolutamente nada.

Quando prefeito, deputado Reno Caramori, criamos, através do envolvimento social, o Lar da Solidariedade, que era o prefeito o agente animador chamando a sociedade a participar de uma entidade que oferecia o que o poder público, por força de lei ou devido ao seu orçamento, não podia oferecer ao seu cidadão.

Convocamos as senhoras, os senhores, os já aposentados, os que estavam apenas cumprindo os seus últimos dias de serviço, para que, através da sua experiência, da competência, daquilo que já haviam aprendido com a vida, contribuíssem com os mais humildes, os mais carentes, aqueles que o estado não podia amparar. Criamos, então, o Lar da Solidariedade, que hoje é um sucesso, motiva toda a comunidade ituporanguense com campanhas e ações. Não apenas campanhas de agasalhos ou de alimentação, mas muitas são as vezes que aquelas senhoras e aqueles senhores que têm experiência de vida reúnem as famílias para lhes passar conhecimentos e informações importantes para que tenham uma efetiva cidadania. São pessoas que podem contribuir e assim temos inúmeras outras entidades esparramadas.

O presidente Julio Garcia é o grande benemérito de uma das mais importantes entidades de assistência no estado catarinense que é a Apae. Tirou-a de um estado de mendicâncias conduzindo-a para um estado, hoje, de maior tranquilidade através de uma lei instituída por este Parlamento, de sua autoria, que hoje beneficia aquela entidade de todo o estado catarinense.

São ações que desenvolvidas por pessoas que têm preocupação com o semelhante, com o ser humano, com a maior e mais importante obra divina, que vão transformando este país dominado pelo capitalismo, este país desumano, selvagem, que quando vê uma criança que não produz, ou um idoso que já não produz mais, que já cumpriu a sua parte como produtor para o capitalismo, em muitas oportunidades acaba abandonando-os.

Portanto, essas entidades são muito importantes, e não podemos generalizar. E esse editorial que o *Diário Catarinense* publica hoje é, sem dúvida alguma, uma grande referência para que nós, conscientemente, possamos construir um pensamento com relação às entidades que cumprem a sua missão no terceiro setor deste estado e deste país.

Não podemos entendê-las como apenas entidades ou situações criadas para a sonegação, para o desvio de recursos, para o enriquecimento ilícito, ou o aproveitamento pessoal, mas temos que entender que a maioria, como disse o deputado Ismael dos Santos, a maioria absoluta delas cumpre uma gloriosa missão no estado catarinense e neste país. Portanto, é importante que se faça esse registro, e aqui vai também a nossa menção a esse importante editorial que publica o jornal *Diário Catarinense*.

Hoje teremos aqui em Florianópolis, mudando de assunto, uma reunião da Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul com autoridades do DNIT e de outras áreas ligadas à duplicação da BR-470, deputado Ismael dos Santos, e nós estamos convidando-o para participar. Aliás não será hoje e sim amanhã aqui na capital do estado.

E aí nós temos que ressaltar também a importância das associações comerciais que se têm envolvido em lutas importantes. Isso eu digo por poder ter a oportunidade de participar de várias reuniões com as associações comerciais e industriais da região dos vales, que se têm envolvido em todas as importantes questões da nossa região como a questão das cheias; da preservação da mata ciliar do nosso rio Itajaí Açu; das barragens; a duplicação da BR-470, que é uma luta já de muito daquelas associações comerciais.

Portanto, lá estão, deputado Ismael, pessoas que têm os seus afazeres, que têm com o que se envolver, mas não deixam sua grande preocupação com a comunidade como um todo, afinal de contas fazem parte dela, e como tal agem e cumprem a sua missão como cidadãos, como alguém que está lá não apenas para enriquecer, mas também para construir, além do patrimônio, uma vida digna, cidadania e esperança para o povo da nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o eminente deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, eu assisti e ouvi com muita atenção o pronunciamento nervoso do deputado Elizeu Mattos. Chamou-me a atenção um ditado que diz que o povo tem memória curta, mas isso é coisa de antiguidade, porque eu lembro a euforia dos deputados, dos correligionários do então governador e do vice-governador, de alguns secretários das secretarias descentralizadas, quando a revista *Metrópole* era a consagração da divulgação das obras do então governo. Eram fotos e mais fotos e elogios à revista.

Hoje, deputado Silvio Dreveck, deputada Odete de Jesus, para a nossa surpresa, essa revista não presta mais! Essa revista é mentirosa! Pode ser que seja mentirosa, porque quem forneceu os dados a essa revista, na época, foram as pessoas interessadas na divulgação das obras - eu não conheço ninguém com bola de cristal -, até porque as fotos estão estampadas sorridentemente, gloriosamente, naquelas tantas revistas que foram exibidas ontem pelo produtor, pelo dono, ou por um dos diretores da empresa *Metrópole*.

Portanto, deputado Elizeu Mattos, como é que de uma hora para outra a revista não presta mais? Ela era tão boa quando mentia, talvez, então, na divulgação de suas obras? V.exa. diz aqui que esse cidadão é mentiroso, mas como? Antes ele falava a verdade quando fazia as revistas em favor do seu governo.

É importante, por isso, que fique bem claro para que os catarinenses entendam o que está acontecendo nesta Casa.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Sr. deputado, eu fui sua cabo eleitoral em Caçador quando lá residi. Quando lá lecionei em vários colégios v.exa. era prefeito e estava se recandidatando e como eu via v.exa. com uma postura invejável era a sua cabo eleitoral e nós, as professoras, trabalhávamos sempre nas suas campanhas.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Deputado Reno Caramori, eu ainda estou lendo o livro! Este livro tem-me despertado tanto interesse que eu estou requisitando todas as revistas.

Eu estou sendo uma estudante de todas as revistas *Metrópole*, e quero dizer para v.exa. que está me despertando mais curiosidade.

V.Exa. sabe que um professor é um eterno pesquisador. Pesquisa aqui, desperta curiosidade lá, depois vai lá, e pesquisa mais, e eu já estou muito curiosa. Há conteúdos ali, deputado... Qualquer dia vou trazer aquele maço de revistas. São muitas, deputado Reno Caramori.

Já olhei várias! Há algumas bem coloridas dentro, página de município de capa da revista, e a matéria do ex-prefeito, são duas páginas, ele está sorridente e a esposa dele também.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Até então a revista falava a verdade!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exas. me aguardem! Os deputados têm sido tão calorosos, que despertaram em nós muita curiosidade! E eu gosto de pesquisar! Inclusive aquela revista que v.exa. mostrou ontem, também tenho. Está maravilhosa!

Eu creio que depois que esta deputada trazer toda a coleção, os deputados vão poder encerrar os debates, porque será mostrado tudo!

É uma maravilha, as revistas estão fora de série!

Eu fui procurada, em épocas passadas, para fazer matéria. Alguém me procurou, uma senhora, não me recordo quem, mas uma mulher muito bonita. Ela me convidou para fazer uma matéria na revista, e nós sabemos que com vela demais o santo desconfia. Mas ela me convidou e eu concordei, então falei para minha assessora perguntar quanto custava, porque tinha certeza de que não era barato, era uma revista bonita! A minha assessora, a Gisele, perguntou quanto custava, mas quando ela falou o preço eu disse que não tinha interesse. Não há uma foto minha ali. Não existe!

Mas eu sou uma eterna pesquisadora, deputado Reno Caramori, me aguarde. Um abraço.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Mas o que nos traz neste momento e que também é muito importante, é a situação em que se encontram os agricultores no interior de Santa Catarina.

Eu recebo aqui cópia de moção da Câmara de Vereadores de Bandeirantes, que solicita a interferência desta Casa para o problema do preço dos insumos e relata a situação do nosso pequeno agricultor, principalmente a agricultura familiar.

Mas eu informo a esta Casa que na noite de ontem, aliás, na tarde e noite de ontem na comissão de Agricultura e Política Rural, nós aprovamos uma moção que será enviada ao presidente da República e ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para que, juntamente com outros ministérios, revejam, analisem e tomem uma providência urgente quanto à situação da importação dos insumos para a confecção dos adubos necessários para a produção agrícola da próxima safra.

Da mesma forma, atendendo solicitação das cooperativas, a Frente Parlamentar do Cooperativismo nesta Casa por várias vezes interveio junto ao governo do estado, que havia se comprometido, há três ou quatro anos, encaminhar a este Parlamento um projeto de lei regulamentando a situação das cooperativas de Santa Catarina em todos os segmentos da sociedade.

Também encaminhamos uma indicação para que o governo encaminhe a esta Casa um projeto de lei alterando a Lei n. 3.516, de 4 de outubro de 2005, que institui cobrança de taxa para a faixa de domínio das rodovias estaduais quando as empresas de eletrificação rural lá colocarem os postes da distribuição de energia.

É um absurdo sras. deputadas e srs. deputados! Se as cooperativas de eletrificação rural, que na sua grande maioria compram a energia da Celesc e revendem ao consumidor a um preço acessível, forem obrigadas a pagar o aluguel da faixa de domínio, automaticamente terão que repassar os custos desse aluguel ao consumidor final, o que fará com que as cooperativas inviabilizem o fornecimento de energia e irá criar um problema social muito grande.

Além do que essas cooperativas, na sua grande maioria, já fornecem graciosamente a iluminação pública ao longo dessas rodovias que cortam as cidades, as vilas ou os lugarejos, principalmente no sul do estado de Santa Catarina.

Por isso nós solicitamos ao governador que encaminhe um projeto de lei alterando essa lei complementar que cria essa tarifa de aluguel da faixa de domínio. Eu admito que seja cobrado, sim, srs. deputados, mas que cobrem daqueles que divulgam o seu produto, daqueles que divulgam as suas empresas através de *outdoors*, de placas, de propaganda, mas para uma empresa de eletrificação, tanto as cooperativas quanto a Celesc, penso que não é viável a cobrança do aluguel. Por isso o nosso apelo através da comissão de Agricultura e Política Rural formada por todos os partidos que compõem aquela comissão.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, venho à tribuna para fazer uma reflexão sobre a história desse livro que, volto a repetir, já está extremamente enfadonha aqui nesta Casa. Nós temos muitos assuntos importantes para tratar sobre a questão administrativa de Santa Catarina, acho que deveríamos pegar um norte e esquecer isso aqui.

A deputada Odete de Jesus acabou de sair do plenário, mas eu tenho que dizer que ela esqueceu de citar uma figurinha carimbada que está naquela revista, que é o ex-Lulinha light paz e amor que também está naquela revista fazendo o seu comercialzinho da cidade de Blumenau e tantos outros.

E quero reiterar aqui o que disse no passado, que alguns deputados que saíram no *Diário Catarinense* e também foram favorecidos nas suas campanhas com recursos que até hoje não se sabe, devem ser escusos, porque muita gente foi presa e saíram os beneficiados. Isso é que deveria ser apurado com muita coragem por parte dos srs. parlamentares aqui nesta Casa. Essa situação realmente está ficando chata demais.

Eu quero falar, e também queria que os srs. deputados falassem, do que realmente o governo de Santa Catarina já fez e está fazendo por este estado, porque é isso que interessa a nós deputados, é isso que interessa à sociedade de Santa Catarina, que cada vez mais espera uma qualidade de vida e esta qualidade de vida quem tem a responsabilidade de dar somos nós, homens públicos, seja através do Legislativo, através de leis de nossa autoria ou através de análise de leis de autoria do Executivo. Essa é a nossa função.

Há alguns tópicos que realmente devemos levantar em nível nacional. As questões em nível nacional devem ser tratadas aqui também, porque interessa a toda Santa Catarina e é o caso da preocupação, tenho certeza, da maioria dos srs. deputados, o disparo da inflação que se está mostrando neste país.

Isso é competência nossa. Não querendo falar mal do governo federal, diretamente, mas fazer um alerta no sentido de haver precaução, ou seja, o que nós devemos realmente fazer para não deixar acabar aquele trabalho que já foi feito. E não interessa quais os governos que passaram, que tentaram resgatar uma qualidade de vida melhor para dar à sociedade do Brasil, com uma economia para o menor mesmo, pois só quem é prejudicado com a questão da inflação é o assalariado. Ele é o grande prejudicado, porque nós damos e somos o país do jeitinho, o qual só pode dar, realmente, quem tem alguém, quem tem um suporte para ajudar.

Srs. deputados, a maioria das famílias do Brasil não têm aquele suporte, aquele ombro realmente para ajudar e vivem na miséria, necessitando que o governo bata firme no combate à inflação, no combate à sonegação, que continue realmente colocando na cadeia todos aqueles que no passado usurparam este país com dinheiro que não era deles, do dinheiro do assalariado, daquele que trabalha realmente com denodo todos os dias. E que se por uma infelicidade qualquer necessitar faltar ao trabalho, ele é penalizado e muitas vezes, perde o seu emprego.

São para estas causas que nós, deputados, temos que estar atentos aqui nesta Casa, para darmos condições à sociedade de Santa Catarina, especialmente esta a que nós nos propusemos, quando fomos às ruas pedir votos para o governador Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan e para nós mesmos. Esses são os assuntos que devem ser discutidos aqui desta tribuna diariamente.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado José Natal, agradeço a gentileza do aparte.

Acho que o rumo, e o que nós temos que discutir são questões pertinentes e não alguns esboços da extorsão.

Mas, eu quero aqui, aproveitando a sua gentileza, responder ao deputado Reno Caramori. Deputado Reno Caramori, v.exa. que está aqui batendo um papo com o deputado Antônio Aguiar, quero dizer que tenho o maior respeito por v.exa., lá de Caçador. Só que v.exa. se referiu a outro deputado que ocupou a tribuna e não à minha pessoa, porque na minha fala, em momento algum, falei que o povo tem memória curta. Então, deve ter sido algum outro deputado, mas v.exa. se enganou e citou o meu nome. E eu também não me referi em momento algum à revista, mas ao livro de ficção que, na verdade, é um esboço da extorsão. Eu não me referi a revista alguma.

Quero dizer também que quando se fala em bola de cristal, o deputado vidente ficou por 60 dias aqui e já não está mais, porque a bola de cristal era do deputado que tinha uma capacidade muito grande de ser vidente, dizendo que eu consegui, inclusive, narrar fotos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Já foi colocado aqui ontem, que nós estamos vivenciando no nosso país as eleições municipais e que esta condição na qual a Assembléia Legislativa já está há mais de 40 dias, não tem contribuído com nada para a sociedade de Santa Catarina, pois o Parlamento desta Casa não tem discutido, aqui em plenário, assuntos realmente de interesse da sociedade catarinense.

Nós, os deputados desta Casa, fazemos diariamente o nosso trabalho nas comissões e com muita responsabilidade, pois lá é que são discutidos os grandes projetos de interesse da sociedade de Santa Catarina. Mas, muitas vezes, ele fica morto após a nossa discussão nas comissões, que é realmente o lugar de discussão de projetos, pois não trazemos aqui para o plenário o que deveríamos realmente trazer depois de realizada a etapa de aprovação, rejeição ou baixa de diligência para informação. E nós temos feito pouco disso desta tribuna.

Então, a minha sugestão é para que nós, realmente, a partir da semana que vem, esqueçamos essa porcaria que foi colocada, pois cada um tem uma versão do jeito que pretende politicamente. E nós não temos contribuído nessas últimas semanas em nada para Santa Catarina com uma discussão que vejo como inócua, porque já está na esfera judicial para ser resolvida. E após a conclusão na esfera judicial - já que num primeiro momento trouxeram a situação à tona -, no momento seguinte da conclusão de apuração pela Justiça, aí podem vir nesta tribuna dar o seu parecer e dizer quem tinha ou não tinha razão.

Reitero que não está mais nos meus planos discutir esse assunto, porque entendo, pelo que foi colocado, que não é pertinente, que não tem credibilidade. E se não tem credibilidade, por que estamos tentando dar visibilidade? É, sim, sem sombra de dúvida, por interesse político-partidário.

Eu quero aqui dizer com muito orgulho, com muita alegria que o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique e o vice-governador Leonel Pavan, assim que assumiram o governo no mandato passado, fizeram grandes obras em São José, na minha cidade. E está lá à disposição da sociedade josefense, da região da Grande Florianópolis e de Santa Catarina, o Centro Multiuso de São José, local que muitos artistas de Santa Catarina e muitos palestrantes têm utilizado em favor da sociedade. Essa é uma obra que tem que ser registrada aqui nesta Casa.

Tenho convicção de que o governador, o prefeito do meu município, Fernando Elias e a sociedade de São José têm lutado e envidado todos os esforços para a conclusão da pavimentação asfáltica da SC-407, que é uma reivindicação antiga de toda a região da Grande Florianópolis que se desloca a São Pedro de Alcântara e Angelina.

Os colégios da minha cidade, do meu município estavam totalmente em pandarecos, deixados pelo governo passado. Darei como exemplo, o estado no passado do maior colégio de Barreiros, o Colégio Estadual Vanderlei Júnior, onde o governador esteve e o colocou à disposição das pessoas, das crianças, dos filhos de São José que queriam estudar e não tinham as salas de aula decentes que temos hoje.

Nós temos visto e a imprensa tem divulgado o desenvolvimento no IDH de Santa Catarina que, graças a Deus, ao esforço de todos os deputados e do governo de Santa Catarina tem melhorado bastante. Enfim, nós temos muitas situações para falar, como a educação do nosso estado, e já foi publicada em nível nacional...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, só quero dizer ao nosso amigo deputado José Natal que o assunto não é uma porcaria. Porcaria pode ser para quem está tentando defender o indefensável. A atribuição do termo para mim não, porque aí rola dinheiro público. Partes dessa revista foram pagas com o dinheiro público, do povo catarinense. Então, não é porcaria! Porcaria pode ser o conteúdo que foi entregue para que a revista publicasse o que publicou. Ela recebeu a matéria e publicou. Por isso, deputado José Natal, eu acho que é um assunto importante. A sociedade catarinense tem o direito de ver o fim desta meada.

Por isso, eu quero crer, e com todo o respeito que eu tenho por este Parlamento, enquanto eu estiver na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o eminente deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, a nossa saudação a todos que nos assistem pela TVAL e nos acompanham pela Rádio AleSC Digital, as instituições religiosas, as instituições de padres, de freiras, tem dado uma colaboração extraordinária tanto no sistema educacional do país, através de escolas, desde o primário até as universidades, quanto na administração da maioria dos hospitais do Brasil e de Santa Catarina também, que foram construídos e ainda são administrados por instituições filantrópicas ligadas às instituições religiosas.

Hoje quero me referir aqui à Congregação Coração de Jesus, aliás, congregação da qual também sou ex-aluno, ex-seminarista, pois estudei em Corupá, em Rio Negrinho e em Curitiba. Esta congregação teve e tem uma participação extraordinária, não só na formação de religiosos, mas principalmente na condução e na formação de todo o estado ético da nossa sociedade.

Srs. deputados, neste fim de semana, a Paróquia São Pedro Apóstolo, de Armazém e a congregação dos padres do Sagrado Coração de Jesus homenagearão uma pessoa, que assim como centenas e milhares de homens e mulheres abnegadas em obediência, em sentimento de pobreza, de desprezimento das coisas do mundo, até dos instintos mais fortes como o instinto da continuidade, de ter uma família ou coisa assim. Citamos aqui os padres do Sagrado Coração de Jesus e entre eles, o homenageado, que será o padre Sérgio

Marcos Hemkemeier. O seu nome original era Marcos Hemkemeier que nasceu em 1923 e hoje está em Armazém, onde receberá as homenagens da população e da região sul de Santa Catarina.

Ele é o quinto filho de uma família grande e citamos os nomes dos irmãos: Frederico, Elizabeth, Nicolau, Walter, José Bernardo, Aloísio, Martinho Antônio, Maria e Ana. O Marcos que hoje é o padre Sérgio, com 11 anos foi para o seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá. Naquela época os seminaristas só vinham para casa a cada dois anos passar férias com a família, até pela dificuldade de comunicação, de telefone e de estrada. Quando Marcos recebeu a batina trocaram seu nome e passou a se chamar de Frater Sérgio. E ele será homenageado pela Congregação Coração de Jesus pelos seus 60 anos, o Jubileu de Diamante.

O padre Sérgio fez o 1º e 2º graus na Escola Apostólica Sagrado Coração de Jesus, em Corupá, como seminarista; fez filosofia no convento Sagrado Coração de Jesus, em Brusque; teologia no Instituto Teológico Sagrado Coração de Jesus, em Taubaté; licenciatura em Letras (português e inglês) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Divinópolis, Minas Gerais e é diplomado em Filosofia pela Faculdade Dom Bosco de São João Del Rei, em 1972. Foi ordenado padre em 11/07/1948, com 25 anos, e por isso esta homenagem no dia de amanhã, que corresponde aos 60 anos de batina.

Desde lá estive em várias comunidades. Em 1949, foi vigário cooperador na Paróquia da Penha, Rio de Janeiro; ainda em 1949 foi professor formador da Escola Apostólica SCJ em Corupá; em 1950 foi vigário cooperador na Paróquia São Judas Tadeu, Jabaquara - SP; em 1953 foi professor no Colégio Dehon em Tubarão e assistente religioso da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e em 1963 foi professor e ecônomo do mesmo Colégio Dehon.

Em 1965, foi professor no Colégio Nossa Senhora Aparecida de Lavras, em Minas Gerais; em 1966, foi diretor do Colégio Aparecida; em 1973 foi conselheiro provincial, delegado da Província ao capítulo geral; em 1983 foi vigário cooperador na Paróquia Santo Antônio, em Rio Negrinho; em 1989 foi diretor do Colégio São Luiz de Brusque; em 1993 - ano sabático, em Roma; e de 1995 até hoje é pároco em Armazém, Santa Catarina. Em abril de 1996 participa de encontro sobre J e P, em Caracas, na Venezuela.

Por isso esta Casa, no dia de ontem, enviou uma mensagem em nome do Poder Legislativo, saudando o padre Sérgio Marcos Hemkemeier, pelo seu sexagésimo ano de dedicação exclusiva a toda sociedade e assim como ele inúmeros padres de todas as congregações. Mas hoje aqui destacamos a Congregação Sagrado Coração de Jesus que graças ao seu trabalho, podemos afirmar seguramente que a sociedade está melhor.

Por último, sr. presidente, quero colocar ainda que a rede hospitalar catarinense é formada por alguns hospitais públicos espalhados em Florianópolis, Joinville, Lages, Chapecó, Criciúma e outras

regiões. Esses hospitais prestam boa parte do serviço público à sociedade. Mas associado a isso, temos os hospitais da rede filantrópica e particular, que graças a esse trabalho conseguimos atender um grande número de pessoas.

Com relação à rede hospitalar do estado, no ano passado, a Assembleia Legislativa aprovou um projeto do governo adequando e melhorando, diríamos assim, para ser breve, o salário dos médicos, tanto clínicos quanto cirurgiões. Entendemos que depois da reforma houve, na prática, uma diminuição do número de procedimentos cirúrgicos. Anteriormente os atos cirúrgicos aconteciam justamente porque se pagava determinado valor para cada procedimento, chamado de pró-labore e que foi retirado com a reforma.

Nós entendemos que precisamos encontrar uma maneira para estimular a execução desses procedimentos que agora diminuíram muito. Existe um grande alento, pois neste fim de semana o dr. Lester, diretor-geral, junto com a secretária da Saúde, Carmem Zanotto, estarão elaborando uma tabela, com a aprovação do governo e depois desta Casa, com o sistema de gratificação por serviço para estimular inúmeros atos cirúrgicos, principalmente, porque hoje entendemos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o sr. deputado Carlos Chiodini, representante de Jaraguá do Sul, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo hoje à tribuna para tratar de um assunto propositivo, de um case de sucesso já implementado, como v.exa. colocou, lá na nossa cidade de Jaraguá do Sul, na questão da saúde pública. É um projeto pioneiro que trata da vacinação antigripal infantil, projeto esse implementado em 2005, que colabora para a prevenção da doença, beneficiando a saúde infantil, colaborando indiretamente com a economia de gastos, com a internação hospitalar, com o favorecimento do bem-estar das crianças e a tranquilidade dos pais.

O programa de vacinação antigripal infantil atende crianças de seis meses a cinco anos de idade gratuitamente. Por não constar no calendário oficial de vacinas, é necessário que os pais autorizem essas vacinas para realizar o tratamento preventivo.

Nos primeiros três anos de campanha, a prefeitura vem conscientizando as famílias e indicando as vantagens de vacinar as crianças, colaborando com o andamento do programa, e a eficiência do combate à Influenza infantil foi mostrando-se efetiva, resultando em uma implementação constante do número de crianças atendidas que hoje já chega a 6.000 crianças.

A avaliação sobre os resultados do programa apontam um reflexo muito positivo da iniciativa pioneira. Conforme informações obtidas pelo Sistema Datasus, utilizado no Hospital e Maternidade Jaraguá, as internações de crianças de um a quatro anos causadas por infecções respiratórias decorrentes da gripe, no ano de 2006, somente neste hospital, foram em número de 369.

No entanto, já em 2007, com a ampliação do programa, foram 279 casos de internação, dando uma variação de menos 25,6% na quantidade de internações de crianças com problemas respiratórios decorrentes da gripe. Nos casos práticos e em casos do dia-a-dia, a melhoria é vista nas creches e nos centros de educação infantil. Na Creche Leonir Pessate Alves, até por depoimento da diretora Marilva Albuquerque, vimos um exemplo prático. Ela cita aqui: "Sempre tivemos que pedir mais lençinhos para o nariz e já no primeiro ano de aplicação o fato inédito foi perceber que havia sobrado pacotes de lenços". Ou seja, as crianças produziam melhor na qualidade de ensino e em todo o seu trabalho do centro de educação infantil na criação do cidadão.

A redução do número de faltas das crianças e também a diminuição do uso de medicamentos sintomáticos para a gripe são dois fatos que reforçam o sucesso do programa e os benefícios evidentes às crianças e cidadãos de Jaraguá do Sul.

Até 2007 já foram aplicadas 19.500 doses, num total de 13.622 imunizações. Para 2008, foram adquiridas mais de 5.000 doses para fazer a manutenção do programa de vacinação, com a intenção de aplicar 100% do medicamento adquirido, com o que já posso concluir que já foram aplicadas. Cada ampola dessa vacina serve para duas doses, conforme o Programa Nacional de Imunização. Crianças de seis meses a dois anos recebem 0,25 ml e crianças de três anos a cinco anos recebem 0,5 ml em dois momentos, com intervalo de 30 dias entre as doses.

Vale ressaltar que cada dose dessa vacina tem o custo de R\$ 25,00, ou seja, em uma cidade como Jaraguá do Sul, onde foram beneficiadas 6.000 crianças neste ano, por exemplo, o custo foi de R\$ 125.398,00 e nos deu uma economia inimaginável tanto para a família como para o poder público na redução de custos e na diminuição das doenças decorrentes da gripe.

A título de sugestão, estamos encaminhando esse *case* de sucesso, assim posso dizer, para o governo do estado de Santa Catarina, com o intuito de expandir esse programa pelos seus fatores principais: o seu baixo custo, a sua eficiência e eficácia, comprovada já nos últimos três anos.

Seria este o assunto que eu tinha a tratar hoje, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados e comunidade de Santa Catarina, é com satisfação que eu quero me reportar hoje aqui sobre a inauguração de uma praça na cidade de Canoinhas, ocorrida na quinta-feira passada, com a presença do governador em exercício, dr. Francisco Rodrigues de Oliveira Filho, onde nós tivemos, realmente, a manifestação da democracia. Foi importante ter sido feita esta inauguração pelo dr. Francisco, porque ele é conhecido na cidade de Canoinhas, onde a sua família mora até hoje, e isso nos deu uma grande satisfação.

Por isso eu vim a esta tribuna parabenizar o nosso governador em exercício, que lá esteve em Canoinhas nessa inauguração, e dizer que as suas palavras para Canoinhas e para o planalto norte fizeram com que a comunidade se sentisse realmente valorizada.

Temos certeza de que o dr. Francisco ficou na história da cidade de Canoinhas com a inauguração dessa praça, onde pudemos ver *in loco* a história do nosso governador em exercício Francisco de Oliveira Filho. Minhas congratulações ao dr. Francisco que, realmente, representou Santa Catarina.

Gostaria de me reportar hoje também à cidade de Timbó Grande, ao município de Timbó Grande. Timbó Grande é mais um dos acessos asfálticos que o governador Luiz Henrique da Silveira está concluindo.

Como disse anteriormente, deputado Valdir Cobalchini, no dia 16 de agosto será inaugurado esse importante acesso asfáltico da nossa região. Esse asfalto foi algo disputado na Assembleia Legislativa em governos passados, com aprovação do BID IV, por este deputado e por mais um deputado do PMDB, que é o deputado Romildo Titon.

Então, nós tivemos uma decisão importante nesse asfalto. Nós, que ajudamos a votar essa importante Lei do BID IV, para que os recursos do Banco Interamericano chegassem ao interior de Santa Catarina, temos certeza de que a descentralização que existe, hoje, fez, sim, com que acontecesse esse acesso asfáltico. E nós, que representamos Canoinhas, Timbó Grande - e como médico estivemos lá várias vezes -, beneficiaremos muito a população de Timbó Grande e toda região por esse acesso asfáltico. E eu quero parabenizar também o nosso secretário da SDR, que é o deputado Valdir Cobalchini, pelo seu esforço de fazer com que as coisas acontecessem.

Na verdade, a Oposição, especialmente o líder do PP, deputado Sílvio Dreveck, que não está presente aqui hoje, vem falando no seu discurso que a descentralização não é boa.

Ora, na época do governo Esperidião Amin, não existiam descentralização, mas também não existiam obras. Então, o que é melhor? O povo catarinense tem que entender que é melhor, sim, a descentralização, é melhor, sim, que sejam realizadas obras.

Na nossa região de Canoinhas, nós temos o acesso de Marcílio Dias, o acesso de Bela Vista do Toldo, nós temos ginásios de esportes prometidos pelo governo passado, que foram realizados pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

Então, é notório não só no interior, mas no estado de Santa Catarina, que a descentralização deu certo. Por quê? Porque o governo anterior perdeu no campo da idéia. O governador Luiz Henrique da Silveira, com a idéia da descentralização, fez com que Santa Catarina mudasse, e essa mudança representa grandes obras para o interior, fazendo com que a litoralização acabasse, que para Canoinhas fosse a empresa Aurora, que para a cidade de Mafra fosse a empresa Sadia, e assim por diante.

Então, o crescimento e o desenvolvimento do planalto norte nós temos que agradecer ao nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Obrigado, deputado Antônio Aguiar. Eu quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Aliás, eu, um pouco mais cedo, tive a oportunidade de me referir a essa conquista importantíssima para o planalto norte catarinense, que é o acesso ao município de Timbó Grande.

A nossa região está vivendo momentos especiais desde a instalação de um governo comprometido com o desenvolvimento da nossa região. V.Exa. se referiu à empresa Sadia, em Mafra, à Aurora, em Canoinhas, e eu posso também citar a empresa Guararapes, uma nova indústria de MDF em Santa Catarina, que se instala em Caçador, e a Berneck, em Curitiba, que por certo, em pouquíssimos anos, vai transformar a nossa região.

Começamos a primeira grande conquista no dia 1º de maio de 2004, com a inauguração da SC-302, que integrou, que aproximou o meio-oeste catarinense do planalto norte, que foi a ligação entre Porto União, passando por Matos Costa, Calmon e o município de Caçador. E agora nós transformamos toda a nossa região num canteiro de obras.

Eu estive há pouco tempo com o diretor da empresa Bonet, do Buriti, e também de Santa Cecília, que por certo, a partir dessa inauguração no dia 16 de agosto - um dos trechos da rodovia vai se chamar Nelson Bonet, que foi um desbravador do município de Timbó Grande -, vai representar essa rodovia uma conquista importantíssima para o município e para as empresas que foram lá instaladas, abrindo perspectivas a novas empresas de também lá se instalarem.

Portanto, meus parabéns a v.exa. pelo grande trabalho em defesa do planalto norte e eu me sinto muito orgulhoso de estar aqui contribuindo também com o seu esforço para cada vez mais melhorar a vida daqueles que lá moram.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria também de me reportar à liberação de R\$ 100 mil, pelo governador em exercício Francisco de Oliveira Filho ao Hemosc de Canoinhas, bem como pela liberação de R\$ 240 mil ao município de Major Vieira, e de mais R\$ 100 mil ao município de Canoinhas para o Hospital Santa Cruz. São convênios que foram assinados antes que o prazo eleitoral extinguisse.

Nosso muito obrigado a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

A T O D A M E S A D L

A T O D A M E S A N º 045-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Serafim Venzon para ausentar-

se do País, no período de 12 a 20 de julho do corrente ano, com destino a Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de julho de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

A U D I Ê N C I A P Ú B L I C A

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE, PARA DISCUTIR SOBRE O TEMA PONTE HERCÍLIO LUZ: ELO ENTRE O PASSADO E O FUTURO DE FLORIANÓPOLIS, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2008, ÀS 19H, NO PLENARINHO DA ALESC

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina tem a satisfação de recebê-los nesta audiência pública, para discutir o tema "Ponte Hercílio Luz: elo entre o passado e o futuro de Florianópolis".

Neste momento, passamos a palavra ao deputado Professor Grandó, membro da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc e proponente desta audiência pública, para presidir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grandó) - Seremos bastante objetivo.

Gostaria de chamar para fazer parte da mesa o deputado Cesar Souza Júnior, membro da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc; o deputado Dirceu Dresch, aqui representando o deputado Décio Góes; o deputado José Natal, membro da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc; o senhor Romualdo França, presidente do Deinfra, neste ato representando o governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira; o senhor Fred Harry Schauffert, coronel da PM, neste ato representando o Comando da Polícia Militar de Santa Catarina - trabalhamos juntos com a questão ambiental; a senhora Isolde Espindola, gerente da Secretaria do Patrimônio da União; Eleazar Garbelotto, representando a Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta); o professor Lúcio Dias da Silva Filho, da Associação Amigos do Parque da Luz, que é conhecedor e morador da região.

Queria citar a presença, e não poderia deixar de fazê-lo, do ex-deputado Lauro André da Silva, que quando era parlamentar a ponte teve a suspensão da sua função, e hoje estamos nos encontrando aqui novamente; do Flávio Luís Agustini, diretor de Marketing da Santur; e do José Antônio Latrônico Filho, do Crea/SC.

O objetivo desta audiência pública, como o próprio nome diz (ela está sendo televisionada para depois ser divulgada), é ouvir as partes que estão envolvidas com a recuperação da ponte em todos os sentidos, e abrir, depois, a palavra a todos que estão participando. Por isso, quero cumprir o horário e, no final, termos uma conclusão de como encaminhar o que os senhores entenderem ser melhor.

Concedo a palavra ao senhor Romualdo França, presidente do Deinfra, neste ato representando o governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, por quinze minutos.

O SR. ROMUALDO FRANÇA - Boa-noite a todos.

Em nome da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, gostaríamos de agradecer a oportunidade que a Assembleia Legislativa nos dá hoje de vir falar um pouco da aniversariante, a Ponte Hercílio Luz, que na data de ontem completou 82 anos. E este ano a gente pode comemorar com ações que realmente concretizam um dos grandes sonhos da sociedade catarinense, que é ver a ponte totalmente reabilitada e reintegrada ao sistema viário da nossa Capital.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Para que a gente tenha um conhecimento bem rápido dos fatores históricos: de 1922 a 1926 nós tivemos a construção da Ponte Hercílio Luz; em 1982, a interrupção do tráfego pela primeira vez; em 1988, a reabertura para pedestres, ciclistas, motos e veículos de tração animal; em 1991, a interdição total do tráfego na Ponte Hercílio Luz; e em 2003, então, assinado o último contrato de manutenção da nossa ponte.

Em 2004 nós recebemos do DNIT o projeto de reabilitação e reforma da Ponte Hercílio Luz e passamos, dentro do Departamento Estadual de Infra-Estrutura, a formatar todo o estudo e planejamento das ações que pudessem viabilizar as obras. Em 2005 nós fizemos um

lançamento do edital, já aprovado pelo governo do Estado; em fevereiro de 2006, se não me engano no dia 18 ou 20 de fevereiro, tivemos a ordem de serviço da primeira etapa; em agosto de 2006, a ordem de serviço do trabalho de supervisão e controle técnico da obra; em abril de 2007, a criação de uma comissão especial que viabilizasse os estudos para essa segunda e última etapa da Ponte Hercílio Luz, principalmente no que concerne a soluções de tecnologia de engenharia; em outubro de 2007, o lançamento do edital; e ontem a entrega das propostas, lá no Deinfra, da etapa final da reabilitação da ponte.

Situação da ponte em 2005. O viaduto insular (os slides são auto-explicativos, é só um relatório fotográfico, destacando o viaduto insular - está aqui em vermelho); o viaduto continental (também o estado que estava a estrutura metálica); e a parte do pavimento.

Aqui (*aponta para a imagem*) vemos a foto da torre principal insular. A situação de 2005, que era característica em quase todas as obras públicas no Brasil não se investir na conservação e manutenção preventiva, só se fazer as coisas de forma corretiva.

Aqui vemos a situação da barra de olhal rompida, e ali um destaque especial do local da fratura - se alguém precisar que detalhe um pouquinho mais, pelo tempo que foi dado, ficamos depois à disposição para perguntas.

Então, essa era a situação em que estávamos lá em 2005.

Estratégia. A estratégia e o planejamento gerado na diretoria de engenharia, junto com o (*ininteligível*) de planejamento, foi dividir a execução da obra em duas etapas. Lembro que em 2005 foi fruto de discussão aqui na Assembleia Legislativa, para alguns questionamentos que houve do porquê dessas duas etapas e qual a finalidade. Então, nós explicamos exatamente do trabalho que era necessário fazer nos dois viadutos de acesso, para daí poder atacar o vão central.

A contratação da Etapa 1, que já foi feita e hoje estamos com 90% de obras concluídas. A supervisão para o apoio técnico foi fundamental para que a gente conseguisse estruturar toda a solução, principalmente do ponto de vista ambiental e das ocupações desordenadas que existem naquela região, mas que pudéssemos definitivamente fazer, e daí, então, contratar a Etapa 2. A licitação, como já havíamos falado, foi em 2005. Tivemos como vencedor o consórcio Rocatec, que tinha uma experiência, inclusive, de trabalho de manutenção da ponte, por isso teve facilidade. O investimento total foi de R\$ 20,98 milhões, exclusivamente recursos do Fundosocial.

O que já foi realizado na Etapa 1 até o mês de abril: Foram 804 dias decorridos de trabalho, que representam 486 mil horas/trabalhadas; 70 toneladas de rebite (quem teve o prazer de nos visitar durante esse período viu a forma artesanal que é a troca de rebites - eu acho que tem até um filminho para apresentar depois); 1.187 metros cúbicos de madeira para andaime; 7.124 galões de tinta; 140 toneladas de sucata, do aço trocado para leilão; 41 toneladas de carvão coque, que é o que faz aquele aquecimento para poder fazer o rebite; 157 toneladas de granada de ferro e bauxita sintetizada, porque nós tivemos um problema também na parte do jateamento, não podíamos fazer com areia pois no nosso Estado há uma limitação nesse tipo de trabalho, então foi buscada uma alternativa com granada de ferro e bauxita sintetizada - e já temos R\$ 18,85 milhões investidos, representando os 89,84% do cronograma da primeira etapa executados.

(Segue-se seqüência fotográfica mostrando o avanço na reabilitação da Ponte Hercílio Luz.)

Aqui vocês vão ver, na seqüência fotográfica, o antes e o depois: o trabalho que foi realizado, já apresentando um significativo avanço na reabilitação da Ponte Hercílio Luz. Confesso a vocês que quando foi lançado o desafio dessa reabilitação era de dar frio na barriga, pela dimensão que a Hercílio Luz ocupa na nossa sociedade. Mas, hoje, a gente já tem a tranquilidade de dizer que é viável, está aí, está acontecendo, é irreversível. E a abertura do edital de ontem foi um sucesso também - acho que 21 empresas tiraram o edital, não é, Eduardo?

(O senhor Carlos Eduardo Medeiros responde fora do microfone: "Quarenta e quatro.")

Foram 44? Foram 44 empresas.

E aí está o nosso filminho da cravação do rebite.

(*Procede-se à apresentação de filme mostrando a cravação do rebite.*)

Isso foi numa das visitas técnicas do prefeito, do governador, de vereadores, de deputados. Vocês imaginem, então, 70 toneladas desse tipo de trabalho. A frequência com que tem que ser feito, o capricho que cada um desses leva.

Para a supervisão da Ponte Hercílio Luz nós contratamos as duas etapas, num contrato que vai de 2006 a 2010, que representa um investimento de R\$ 9,81 milhões, no qual foi vencedor o consórcio Prosul/Concremat.

Quanto à Etapa 2, pode abrir os tópicos do edital. Eu queria fazer um destaque aqui à cooperação do Tribunal de Contas do Estado, que recebeu abertamente a nossa equipe técnica, aquela comissão que foi formalizada para entender os objetivos de se permitir uma solução alternativa. Afinal de contas, nós recebemos um projeto-base que previa um tipo de solução, e pela necessidade, pela tecnologia, por tudo o que encontramos de soluções hoje, em nível mundial, nós não poderíamos fechar o edital da Ponte Hercílio Luz, simplesmente, para aquela alternativa. Precisaríamos abrir, verdadeiramente, até para poder tentar reduzir ao máximo o nosso custo.

A formatação técnica e preço, também pela especificidade das questões que envolvem a Ponte Hercílio Luz.

O edital foi publicado em outubro do ano passado. Aqui, as empresas que eu pensava serem 21, mas são 41 empresas nacionais e 4 internacionais: a American Bridge, a Bridon International, a Faber Maunsell e a Cleveland Bridge. E, novamente destacado, ontem nós recebemos as propostas.

Para falar do porquê do projeto alternativo, basta a gente pensar naquilo que é a realidade hoje, em nível mundial. E eu vou pedir para que já entre direto aqui naquela exemplificação das pontes que têm o mesmo tipo de solução da Hercílio Luz - todas elas já tiveram a sua forma de suspensão bastante alterada. Se eu estiver mentindo, corrija-me aí! Essas duas aqui foram as que ruíram. Então, para nós podermos, vamos dizer assim, deixar a Ponte Hercílio Luz dentro das melhores condições que encontramos mundialmente, nós estamos permitindo a questão do projeto alternativo.

Esse vão máximo aqui é o vão de cada ponte, é isso? Representa, então... A nossa Hercílio Luz está aqui: passando de 350 metros.

Aí, para dizer da dificuldade que é executar a reabilitação da Ponte Hercílio Luz, com toda a ocupação desordenada que existe ali na região. Então, já teve a participação da Prefeitura, do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual. Vocês vejam que a Ponte Hercílio Luz é usada como varal de residências. E essa aí é a situação que nós estamos trabalhando - e, diga-se de passagem, um grande sucesso, não tivemos nenhum tipo de acidente ou incidente. Acho que somente um rebite caiu no telhado de uma residência, foi um só. Graças a Deus não tivemos nenhum tipo de problema.

A Casa Comunitária, que é o nosso charme para receber todos os visitantes, explicar a todos eles o que está acontecendo. Então, aqui, está o nosso objetivo principal da Casa Comunitária, que é verdadeiramente levar para a sociedade toda a informação do que está acontecendo na Ponte Hercílio Luz, os objetivos dela, do porquê da recuperação, da importância dela para a sociedade catarinense.

Aí, um filminho de como pretendemos deixar funcional a Ponte Hercílio Luz. Pena que nós não vamos ter tempo aqui para detalhar, deputado. Tem um filminho de toda a parte executiva, que a nossa engenharia montou. Eu pedi para eles botarem isso, porque isso tudo não é só para bonito, do ponto-de-vista da engenharia é usado para aplicação das soluções que se está buscando para a Ponte Hercílio Luz. E aí o resultado dela. Só falta aqui ainda o metrô de superfície, que é também um dos desejos do deputado Sérgio Grandó, de que esteja funcionando. Há pouco ele me cobrava. Então, faltou o metrô aqui, mas se Deus quiser a gente vai conseguir viabilizar também.

A reintegração da ponte, dentro do sistema viário da Capital, eu acho que é o próximo passo. A reabilitação da Ponte Hercílio Luz já é realidade, já é irreversível, já tem destinação financeira. O governo do Estado, hoje, põe R\$ 5 milhões por mês para a execução da obra. Infelizmente, como nós não conseguimos ainda iniciar a segunda fase, não conseguimos gastar os R\$ 5 milhões por mês - hoje acho que estamos na faixa de R\$ 900 mil a R\$ 1 milhão e 100 mil por mês. Mas vamos fazer, sem sombra de dúvida, com a autorização da segunda etapa.

Essa aí é a nossa alternativa. É a grande novidade, o grande desafio que é dar à Ponte Hercílio Luz uma utilização de forma que ela também não gere novos congestionamentos no sistema viário. E a utilização racional, aplicando aquilo que hoje é tido como integração de um transporte moderno, através de um metrô de superfície, ou de trem-va, como se tem falado internacionalmente, eu acho que é a grande solução.

Deputado, depois nós voltamos, pode ser? Porque aqui tem um filminho que explica bem a convivência do metrô de superfície com pedestres, com ciclistas, com a modernização, com a revitalização do espaço urbano. E Florianópolis é tudo isso: preocupação com o meio ambiente, preocupação com a história da cidade.

(*Procede-se à apresentação de filme.*)

O sistema viário da Capital, pelos índices que alcançou de qualidade de vida, de capital turística, não tem mais como fugir dessas questões que são viáveis. Primeiro, imaginava-se muito difícil a implantação, mas o estudo técnico demonstra que são possíveis e viáveis realmente.

Só mais dois minutinhos, deputado, para registrar que na terça-feira, dia 8, apresentamos a um grupo de secretários do Estado, de secretários do município e de vereadores os primeiros estudos de demanda, e sem considerar a demanda que o próprio sistema do metrô de superfície gera, dois trechos já se apresentam como viáveis de implantação: o de Barreiros até o centro da cidade, e o da Praia Comprida até o centro da cidade.

Como os investimentos são consideráveis e é a nossa primeira experiência, vamos tentar lançar algumas condições para que a Câmara de Vereadores, em audiência pública, possa nos auxiliar na decisão do melhor trajeto, mas verdadeiramente pensando até na possibilidade de a Capital do Estado vir a ser uma das sedes da Copa do Mundo. E considerando que um dos questionamentos da comissão da Fifa, foi o transporte coletivo da Capital, acho que não tem como se escapar do trecho de Barreiros até o centro da Capital.

Quería agradecer e me colocar à disposição de todos para eventuais detalhamentos sobre o metrô de superfície e sobre a ponte. (Palmas.)

[O deputado Professor Grandó manifesta-se fora do microfone: "São providências que temos que tomar até 2010, e 2010 não está tão longe, são dois anos. Então, depende se temos viabilidade econômica, técnica (inaudível)."]

É, isso está exatamente nessa ordem. Desde que foi lançada a idéia, nós desenvolvemos só o estudo de demanda com base naquilo que conseguimos do próprio transporte coletivo com ônibus, mas tem que se pensar verdadeiramente na integração do sistema de transporte coletivo com ônibus e metrô de superfície, lembrando também que é inevitável o transporte marítimo dentro da nossa Capital.

E o modelo operacional, por tudo que a gente tem acompanhado... A PPP é muito viável na Europa e nos Estados Unidos, mas pensando na América do Sul e no Brasil, o sistema de concessão me parece inevitável, em função do tempo e das metas que estamos buscando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grandó) - Gostaria de registrar a presença da senhora Cintia Chamas, que representa o Iphan; e de Manoel Tico Cavalcanti, que já foi parlamentar e é arquiteto, que tem um projeto para dar como sugestão.

Então, Manoel, você tem cinco minutos, ou um pouco mais, para expor a nova idéia, para contrapor.

O SR. MANOEL TICO CAVALCANTI - Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao deputado Sérgio Grandó pelo convite.

Quero dizer que estou muito satisfeito, Sérgio, de poder expor aqui alguma coisa do meu mundo acadêmico.

Quando eu me formei em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1988, a minha tese de conclusão foi em cima de um projeto de preservação do patrimônio histórico de Florianópolis. Nós éramos uma equipe de seis acadêmicos e começamos a estudar a preservação do patrimônio histórico do centro de Florianópolis e caiu para mim a solução do problema do sistema viário. Por quê? Porque quando ônibus e caminhões começam a causar rachaduras nos prédios históricos, tem que se fechar as ruas, mas tem que ser dada a solução para o sistema viário. E calhou para mim, na equipe, a solução para o sistema viário. Eu acabei caindo na Ponte Hercílio Luz, porque, naquela época, em 1988, faz vinte anos, ela já estava fechada e tinha que ter uma recuperação, uma reutilização. Eu acabei achando uma solução para o sistema viário já há vinte anos, e não existia o túnel que leva ao aeroporto, não existia o Centro de Convenções.

Então, deputado, eu acho que o sistema viário de Florianópolis passa não somente por uma solução do reaproveitamento da Ponte Hercílio Luz, mas, também, pela otimização das atuais pontes rodoviárias. Por exemplo: não se pode imaginar que toda pessoa que vem do sul ou do norte do Estado tenha que entrar na Ilha de Santa Catarina. Então, os ônibus intermunicipais não precisam entrar na Ilha. Não é só a solução de tráfego urbano, o Terminal Rita Maria tem que sair da Ilha; pode, por exemplo, ser colocado no Continente, diminuindo em muito o trânsito nas pontes Colombo Salles e Pedro Ivo.

Acabamos achando uma solução para a reutilização, o reaproveitamento da Ponte Hercílio Luz, justamente no que falou aqui o Romualdo, com esse sistema...

Por favor, peço que seja colocado o meu CD.

(*Procede-se à apresentação de imagens.*)

O sistema que achamos o mais ideal para Florianópolis e para a Capital, que não necessita de trilhos, é sobre elevados. Isso economizaria em muito as indenizações, porque é elevado.

Então, Grando, vou deixar o CD aqui para que vocês assistam. É uma tecnologia nacional que está em experiência em Porto Alegre e em Djakarta.

Era isso, deputado Grando.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Passamos agora para a questão do turismo e, em seguida, vamos ouvir a Associação Amigos da Ponte.

Com a palavra o senhor Eleazar Garbelotto, representando a Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo Aventura, por até dez minutos.

O SR. ELEAZAR GARBELOTTO - Boa-noite a todos. Sou de Florianópolis e estou aqui para apresentar uma proposta de utilização da ponte para lazer e turismo.

Nós temos uma associação chamada Abeta, Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Temos vinte empresas filiadas em Santa Catarina que têm a incumbência de elaborar novos roteiros, inovações, no que tange a lazer e entretenimento.

Nós vamos apresentar uma proposta que estamos desenvolvendo. Até o momento, temos como parceiros a Santur, o GT de Turismo do Conselho Estadual de Turismo, a Associação Amigos do Parque da Luz e, futuramente, o Deinfra - esperamos.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Este seria o escopo do nosso projeto: visita monitorada à Ponte Hercílio Luz - em nível mundial, chama-se *bridge climbing*, escalada na ponte.

Temos aqui uma introdução sobre a ponte, a nossa Associação e uma apresentação do nosso projeto. É um programa de visita monitorada que envolve caminhadas, técnicas verticais e canoagem no canal.

E aqui temos o octógono de tombamento. A idéia nesse nosso projeto é integrar esse octógono, que compõe o tombamento do patrimônio, bem como a revitalização de todo o centro de Florianópolis.

As nossas empresas estão espalhadas pelo Estado, mas sentimos a necessidade de revitalizar o centro de Florianópolis, que, hoje, como atrativo turístico, está um pouco apagado, mesmo tendo um potencial gigante.

A ponte centraliza toda aquela área, é o coração da cidade. Através dos nossos programas, queremos ajudar a revitalizar todo esse setor.

Temos aqui uma perspectiva do Parque da Luz.

Já focando o projeto propriamente dito, o objetivo principal é desenvolver um programa de visita monitorada à ponte através da tendência mundial de turismo, que é a experiência, as pessoas experimentarem esse programa, tocar na estrutura da ponte, poder circular pela ponte, pelos acessos, principalmente os acessos usados pelos funcionários que fazem a inspeção, a manutenção.

Temos ainda outros objetivos específicos. A gente detectou, por exemplo, que até o Deinfra e o pessoal que trabalha na ponte têm a necessidade de um corpo técnico para guiar as visitas - vocês são bastante solicitados, pelo que a gente levantou, e não têm um corpo técnico para acompanhar, de forma turística, essas visitas na ponte.

Eu queria lembrar que essa nossa apresentação é para moradores de Florianópolis. Que morador, ou que turista, não quer visitar a ponte, as estruturas da ponte?

Bom, esses são alguns parceiros no nosso projeto: o nosso público-alvo são pessoas em geral - dimensionamos alguns roteiros na estrutura da ponte que pode atender desde crianças a pessoas de idade.

Esta é uma referência mundial do programa de visita à ponte. Aí é Sydney, na Austrália. Existem no mundo muitas pontes famosas, e a Ponte Hercílio Luz é uma delas.

Vemos aqui alguma coisa sobre a ponte de Sydney, as pessoas excursionando, conhecendo a ponte. Nós temos as referências de Sydney nesse programa. Por exemplo, em Sydney são vários preços os programas, sendo que o nascer do sol e o pôr-do-sol são os horários mais caros do *tour*. É um momento muito auspicioso.

Focando os nossos roteiros dos programas de visita, na realidade, em todo complexo da ponte dá para fazer *n* combinações de programas de visita monitorada, dependendo do andamento das obras, dá para ficar em determinados setores, conforme as necessidades do corpo de engenharia.

Este é o primeiro programa, que a gente chamou de Escalada da Torre, que é subir no mirante da torre superior. Vejam o croqui mais ou menos desse programa: inicia nas cabeceiras. É lógico que um programa desse tipo tem todo um detalhamento. Antes de as pessoas entrarem no programa, tem todo um simulador, tem toda uma preparação, como em qualquer programa de turismo-aventura, tem uma série de normas da ABNT, equipamentos, uma série de procedimentos para as pessoas entrarem em ação.

Voltando àquele croqui, a idéia é caminhar pela estrutura. Tem uma caminhada, um *rappel*, que vai à fundação da ponte, visita à fortaleza, às bases da ponte, sobe pela estrutura, passa por dentro dessa torre, que tem escadas, que a gente chama de confinado, para chegar ao topo da torre, onde tem os mirantes.

Aqui somos nós em ação, através da Santur - o Deinfra nos permitiu fazer uma experimentação lá.

Vemos aqui outra forma de ascender à torre principal, lembrando a vocês que o que a gente está fazendo aí... Há poucos dias, vimos no jornal um senhor, um funcionário bastante antigo... Os funcionários andam em toda a estrutura da ponte, que tem esses cabos, esses peltoris, em que o operário ou o visitante pode ir se "clipando" para ter segurança. É uma das formas de chegar à torre.

Aqui é um *rappel*. Na realidade, a estrutura da ponte é toda escalável. É uma escalada leve, qualquer pessoa que está aqui no auditório pode escalar toda a ponte usando a estrutura, as treliças que têm na parte de engenharia.

Este é outro roteiro, um roteiro mais intenso, com maior tempo de duração. Ali embaixo tem todo um detalhamento que nós fizemos, o público-alvo, o grau de dificuldade, o grupo mínimo, o grupo máximo, o valor projetado por pessoa para fazer um *tour* desse tipo.

Este é um croqui desse *tour*, que dá uma imersão total a toda a estrutura da ponte. É um programa de três horas e meia de visitação. A pessoa vai conhecer, além da parte de engenharia da ponte, o que ela representa, a história da Ilha. Na realidade, é uma imersão total em toda a história de Florianópolis um *tour* desse tipo.

Algumas fotos do local: escadas de acesso, o topo da torre, a parte do confinado, que é dentro das torres.

Outra opção, mais leve, seria uma caminhada na ponte com *rappel*. O nosso programa nós focamos mais em... É uma visitação monitorada, caminhando na ponte.

Programas mais ousados, como pêndulo, *bug jumping*, coisas do tipo, a princípio não é o foco da atenção. A idéia é visitar a ponte caminhando de forma bastante natural.

Temos aqui o croqui do programa; mais fotos; o contexto da ponte; a fortaleza, que é a história; a implementação para poder desenvolver esse programa, as permissões, as licenças e o alvará provisório, que é o que gostaríamos de tentar construir com o Deinfra para avançar nas experimentações e uma concessão futura ou alguma coisa do tipo; os gestores da ponte, o Deinfra, o Iphan... A Prefeitura Municipal mesmo tem que opinar um pouco sobre o nosso programa; tem uma adequação para desenvolver esse nosso programa, pequenas adequações, mas nada que interfira muito hoje no que está estabelecido na ponte, o que tem previsto de obras.

Quero lembrar que todo esse programa de visitação pode acontecer com a ponte em funcionamento, tanto para carro como para metrô.

Em Sydney, na Austrália, circulam sessenta mil carros por dia, e lá tem visitação. Normalmente existem vários equipamentos. Hoje, por exemplo, na visitação da ponte, são usados radinhos, o guia conduz o grupo com radinhos, haja vista o barulho de veículos ou metrô sobre a ponte.

Tem outro detalhamento para a implementação, como a capacitação dos condutores, que certamente o Deinfra, o Iphan, a Associação... Seria necessário uma capacitação dos condutores; operação que também tem todo um detalhamento.

Nós tivemos a ousadia, Romualdo, de avançar ali. Em contato com o pessoal da Embratur, por exemplo, um programa desse tipo, de visitação monitorada na ponte... Eles queriam agora, para poder vender no exterior. A nossa ponte é um ícone mundial, é um programa que tem um apelo turístico sem precedentes aqui na Ilha. Pelo menos aqui na nossa cidade, é uma inovação um programa desse tipo, é uma construção de vários atores.

Atividades complementares. Embaixo da ponte, temos a parte do mar que dá para integrar também num circuito de turismo, que é de ação.

O simulador. Isso é um detalhamento do programa em si. Antes de as pessoas irem para o circuito, tem um simulador do que ela vai encontrar no *tour*.

A coisa do medo. Trabalha-se muito a questão dos medos em turismo-aventura, mas os programas que propomos, qualquer um aqui pode fazer.

Mais detalhamentos: bafômetro, instrutores, macacões. Vocês viram que em Sydney todas as pessoas que entram num *tour* desse tipo usam macacões. Existem vários motivos para usarem essa proteção, uma delas, é camuflar as pessoas na estrutura, a pessoa excursiona de uma forma mais discreta, mais camuflada, grupos pequenos.

Monitoramento de condições climáticas para poder desenvolver esses programas. Por exemplo, a única adversidade que encontramos com as referências mundiais desse tipo de programa de visitação é a tempestade elétrica. Aí o programa tem que ser cancelado. Pode até funcionar com chuva, de dia e de noite.

Tem mais detalhamentos com relação a informações para a pessoa que vai fazer um passeio desse tipo. São procedimentos de informações.

Considerações gerais das visitas que fizemos. As contrapartidas de um programa desse tipo são várias, desde ter um corpo técnico para assessorar o Deinfra. A receita que podemos gerar com um *tour* desse tipo pode ser usada para a própria manutenção da ponte, para equipar a parte cultural da ponte, que, certamente, num segundo passo, vai ser revitalizada, que é coisa do centro de visitantes da ponte, o museu da ponte, redimensionar o Parque da Luz, propaganda institucional para o governo, mídia institucional, muitos ganhos.

Aí (*aponta para a imagem*) um organograma do funcionamento desse nosso programa. A idéia é focarmos na visitação da ponte. A nossa associação tem muitas empresas e pretendemos desenvolver outros programas, uma vez iniciado esse no centro da cidade, revitalizando todo o centro de Florianópolis.

Equipe técnica (*aponta para a imagem*) que está trabalhando nesse projeto. Muito obrigado.

Estamos abertos a sugestões e, se possível, gostaríamos de conversar mais detalhadamente com o pessoal do Deinfra, para podermos avançar nessa construção, que é anseio geral. Todos os moradores e turistas anseiam por visitar a ponte em algum momento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Gostaria de registrar que o engenheiro Richard Lamb incluiu a sua proposta na exposição do senhor Romualdo França, que, por isso, passou um pouco do tempo. Então, nós já ganhamos com esse tempo.

Com a palavra o professor Lúcio Dias da Silva Filho, representando a Associação Amigos do Parque da Luz, por até dez minutos.

Pela ordem, depois, falará o representante do IpuF; em seguida, os senhores parlamentares; e, por fim, abriremos a palavra para as discussões.

O SR. LÚCIO DIAS DA SILVA FILHO - Boa-noite a todos. A nossa entidade é uma ONG, na qual somos todos voluntários para trabalhar em prol da defesa de patrimônios históricos, culturais, paisagísticos e da ecologia da Ilha. Não só a questão da ponte e do seu entorno, mas outras questões que também envolvem a Ilha de Santa Catarina. E muitas vezes somos convidados para opinar em outras cidades do Estado, tentando ajudar ou dar soluções [para isso].

Quero lembrar dois nomes, que eu não poderia deixar de citar: Ivo Pellegrini, funcionário da ponte, e professor Etienne Luís Silva (falecido). Ambos iniciariam comigo este trabalho da proposta do tombamento da Ponte Hercílio Luz.

Cumprimento o Deinfra pelo trabalho que está fazendo. Todos estão de parabéns, essa equipe realmente está dando um *show*. Eu acho que a população, a comunidade de Florianópolis, há muito tempo esperava ver o trabalho de restauro da ponte e os cuidados que com ela estão tendo.

No entanto, nós, da Associação do Parque da Luz, estamos monitorando.

(*Procede-se à apresentação de imagens.*)

Esta imagem já foi apresentada e representa a área de proteção da Ponte Hercílio Luz, pelo tombamento federal.

Aqui (*mudança de imagem*), nós damos a dimensão da parte marinha, do centro, com 603.016 mil metros quadrados; 254.154, da cabeceira da Ilha; e da cabeceira do Continente, 405.803. É um total de 1.262.983 metros quadrados de área protegida.

Então, a nossa preocupação vem questionar, justamente neste momento, alguns dados que gostaríamos de ter, empíricos, a partir do Deinfra. Entendemos que o Deinfra possa nos responder, com relação aos dados empíricos de dimensões, de escoamento do tráfego do metrô de superfície que provavelmente, não se sabe, vai passar na Ponte Hercílio Luz, desde a sua largura, da via de rolamento, até o tamanho, a largura dos vagões, para ver se realmente dá para conciliar pedestres e ciclistas.

Inclusive, temos um filme, elaborado em 1988 pela Universidade Federal - curso de Jornalismo e Associação do Parque da Luz. Não sei se vai dar tempo de mostrar, professor Sérgio Grando, mas nós conseguimos as imagens (quando o doutor Pedro Ivo Campos, como governador, reabriu a ponte, juntamente com o DER) das pessoas ali passeando no domingo, no sábado.

Então, nós gostaríamos de saber a dimensão de larguras, a questão da vibração, da saída e da entrada, de como fica o escoamento, depois. Porque não vemos problema com a ponte, o problema é com a saída e a entrada. Então esses dados seriam interessantes, pois o trabalho foi muito bem apresentado, mas essa parte não ficou muito clara.

Aqui (*mudança de imagem*), nós colocamos, dentro daquela poligonal, de oito lados, o ponto 1, que se refere à esquina da rua Felipe Schmidt com a rua Hoepcke. Fomos seguindo fotografando todos os oito vértices que existem, da poligonal, para ver a questão da visualidade do hoje monumento Ponte Hercílio Luz - deixou de ser simplesmente uma ponte, é um monumento que tem uma simbologia toda especial para o catarinense. Nós fomos percorrendo, vendo como está, e surgiu (dá para perceber) a necessidade de projetos, de muitos projetos de adequação, de melhoria dessas condições, uma vez que para nós, Amigos do Parque da Luz, o Parque da Luz é toda aquela área, ele envolve as duas cabeceiras, a ponte e o mar.

Aqui nós temos uma representação (por favor, fixem esta imagem) para mostrar, hoje, a situação em que se encontra este monumento - além de ser histórico, eu acho que foi colocado antes de a ponte ser inaugurada - em homenagem a Hercílio Luz. É um monumento todo especial, cartão postal internacional, que já foi capa de revistas, de jornais, e que traz pessoas de fora. Estão roubando as peças: simplesmente, uma Kombi parou ali, à noite, com compressor e furadeira, e, com todo o barulho, roubaram peças de cobre, porque a cotação do cobre está muito alta no mercado. As peças estão com infiltrações nas suas juntas, o que, com o tempo, está fazendo com que se separe, se solte.

Esta simbologia da mulher oferecendo uma rosa a um homem também é uma das únicas estátuas que existe no Brasil (se não a única), da simbologia da mulher, que representa a mulher catarinense num reconhecimento, num gesto de gentileza. Quebraram a rosa e, ainda, tentaram torcer para levar o braço, a mão, enfim. Então, nessas situações, por ser patrimônio histórico, mostra que merece atenção especial por parte de policiamento, de vigilância.

Nós temos a Ponte Hercílio Luz, que hoje é comparada à Torre Eiffel. A Torre Eiffel é um patrimônio fantástico, enfim, ela chama as pessoas para irem a Paris, mas lá tem vigilância permanente, qualquer pessoa que tente fazer alguma coisa é imediatamente recomendada a não fazer. Então, dentro da área tombada na cabeceira do Continente, nós ainda temos situações que podem vir a ser, no futuro, melhoradas, e esperamos que sejam.

Aqui vemos um trabalho de um voluntário nosso que apresentou uma proposta de Museu da Ponte. Nós fizemos uma série de programas para as duas cabeceiras, o seu entorno, que envolve mais ou menos uns quinze programas de implantação de equipamentos de turismo, lazer e cultura. Um deles é o acervo histórico da Ponte Hercílio Luz, que na época do governador Pedro Ivo Campos ocupou esta casinha (*mostra foto*) que hoje é oficina de marcenaria. Aí está a conclusão do processo.

Novamente vemos a imagem sem a rosa, quebrada, e aí vai. Estas fotos são recentes, de hoje, não faz mais de dez dias que elas foram tiradas.

Aqui aparecem a mureta (também quebrada e balançando) e o guarda-corpo, que é a segurança de todos que vão ali.

Esta tela muito bonita, do Eduardo Dias, é hoje patrimônio do Estado (*mostra imagem*) está no museu, e representa quase que fielmente o que era a ponte em 1930, com charretes atravessando nela.

Aqui vocês estão vendo postes na entrada, e, já que a ponte é patrimônio histórico-cultural, ela poderia voltar a ter esses postes, pelo menos isso. Poderiam pelo menos tentar, pois um dos motivos (e está aqui a representante do Iphan) por que foi tombada a ponte é a proteção do patrimônio histórico.

Então, hoje, nós temos pessoal competente para isso e pensamos no futuro próximo, sem dúvida nenhuma. E este governo está atento nisso, o governo estadual está demonstrando muita boa vontade, assim como a Prefeitura também está demonstrando boa vontade na conversação, na abertura.

E quero colocar aos deputados talvez a necessidade de se remeter a essa questão do uso da ponte, do seu destino e do seu uso, para que outras cidades também dêem a sua opinião. Uma vez que a ponte é tombada nas três esferas - municipal, estadual e federal -, ela pertence aos catarinenses. Assim, que não fique em uma ou duas audiências, que se remeta para mais audiências públicas. Nós estamos dando entrada em um documento protocolado na Assembléia com esse objetivo. E também solicitando a equiparação dos tombamentos.

Poderia ser colocada aquela segunda imagem, do início, onde aparecem as três poligonais do tombamento? Para quem não conhece, fica bem claro que o tombamento municipal se limita somente à Ponte Hercílio Luz. Há necessidade de se readequar essas linhas de tombamento devido à competência de cada Poder - municipal, estadual e federal. A linha azul (*aponta para a imagem*) é justamente o tombamento municipal, que delimita somente a ponte e dá dez metros de área protegida.

Nós entendemos que deveria ter sido o inverso: o município tomar as cabeceiras. Porque ele detém a regulamentação e o uso do solo - o plano diretor é com o município. E fazer a proteção das áreas culturais, históricas, paisagísticas e turísticas, devido ao grande potencial que existe, e dar a devida proteção.

Então, nós estamos com um documento na Prefeitura, sendo analisado no IpuF, para a equiparação do tombamento municipal ao federal. Também poderia ser equiparação ao tombamento estadual ao federal. Por quê? Porque isso daria não só a questão do poder de negociação com patamares iguais, já que as dimensões da área se equiparam: poder de negociação, ter a opinião dos próprios órgãos públicos. Essa é uma proposta a que também estamos dando entrada, para que a Assembléia estude a possibilidade de aumentar o tombamento estadual, equiparando ao tombamento federal.

Por último, a outra questão é o uso da imagem da ponte, que nós estivemos pesquisando. No Egito, por exemplo, com as imagens de todo patrimônio histórico, o uso da imagem, o governo arrecada e reverte em sustentabilidade; a questão da *(ininteligível)* reverte para os cuidados. Parece que é a mesma coisa na Torre Eiffel, entre outros patrimônios tombados - o uso da imagem para fins comerciais e de mercado. Então, que houvesse critérios para que se sustentasse, por exemplo, o acervo histórico da ponte e o Museu Escola das Pontes.

Portanto, o nosso trabalho tem sido esse. Estamos de pé, e, apesar de sermos todos voluntários, temos um pessoal de primeira linha.

Cumprimento também o Keko (refere-se ao Garbelotto) pelo trabalho que vocês vêm desenvolvendo. Têm todo o nosso apoio; estamos sempre juntos, trocando figurinha, como consultor e outros.

Agradeço e cumprimento a Assembléia pela iniciativa e solicito mais audiências.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Já é um encaminhamento. Obrigado, professor Lúcio.

Eu peço um pouco de paciência para que o companheiro de São José possa usar a palavra por três minutos, e também o nosso companheiro, porque ele tem outro compromisso - está havendo uma sessão solene aqui ao lado. Depois, retomamos.

Então, pela ordem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CESAR SOUZA JÚNIOR (SC) - Inicialmente, eu quero cumprimentar o deputado Professor Grando pela iniciativa. Como ex-prefeito da nossa Capital, ele sabe da importância da ponte, porque, além de uma obra de engenharia histórica que modificou a história desta cidade como a primeira grande obra pública realizada em Florianópolis, ela também é uma obra de engenharia que guarda o coração de todos os florianopolitanos.

Recente pesquisa do Instituto Mapa perguntava às pessoas qual é o símbolo que identificava Florianópolis. Oitenta por cento dos florianopolitanos identificaram a Ponte Hercílio. Também, qualquer imagem que queira sintetizar Santa Catarina em nível nacional é a da Ponte Hercílio Luz. Então, não é apenas uma obra de engenharia: é parte do coração, parte da nossa identidade que está lá consubstanciada.

Quero cumprimentar aqui todas as autoridades, o pessoal das associações, do Parque da Luz, o Romualdo, o pessoal da Turismo de Aventura. Também, quero registrar a presença do engenheiro Wilfredo, da Proslu, que faz o acompanhamento das obras, do Nei e do pessoal todo presente aqui.

Deputado Sérgio Grando, de maneira rápida, quero dizer que é fundamental que esta Assembléia participe desses debates, acompanhe a execução dessas obras e, principalmente, seja um ambiente ativo de definição da futura destinação da nossa ponte. Há várias possibilidades aqui colocadas.

Só o fato de nós termos a garantia de que a ponte estará preservada, de que não vai cair, como chegou a se falar diversas vezes que a ponte estaria correndo risco de desabar... Isso era fato, engenheiro? Aconteceu isso mesmo? Quando há alguns anos colocaram uma proteção, que já foi retirada, abaixo da ponte para proteger a via pública, eu me assustei e pensei: então realmente a coisa é séria, pode cair! Mas o que se está fazendo hoje, com um grande investimento público, é recuperar anos e anos de ausência de investimento na ponte. Então, que a partir desse grande investimento, a gente passe a cuidar bem dela.

Acho que alguns crimes contra a ponte já foram cometidos, não só crimes de omissão. Algumas construções autorizadas no entorno da ponte já prejudicam a sua visão. Aqui, quem conhece grandes capitais mundiais sabe que no entorno da Torre Eiffel há um grande parque; no entorno de todas as grandes obras que se confundem com a identidade do seu povo há uma proteção. Já perdemos uma oportunidade, e esses tombamentos são fundamentais. Acho que a questão levantada pelo pessoal do Parque da Luz de ampliar o tombamento estadual é uma grande idéia. E creio que o deputado Sérgio Grando vai dar seqüência, e com nosso total apoio.

Então, deputado, a questão é esta: avançar, celebrar e apoiar a preservação do símbolo, mas também avançar na destinação desse símbolo com uma solução urbanística para minorar o grave problema de transporte coletivo que a Capital vive. Acho que é nesse caminho que nós devemos avançar.

Peço licença, pois tenho outra sessão a comparecer e também mais um compromisso esta noite. Mas eu não tenho dúvida que este Poder, e este deputado em particular, estará sempre à disposição. Agora, o desafio é este: preservada a ponte, dar a ela uma função prática, além de sentimental e turística, porque tenho certeza de que a velha senhora, agora remoçada, não vai querer ficar apenas como algo a nos brindar com a sua bela imagem, ela também quer servir e ser um instrumento ativo do futuro de Florianópolis e do Estado.

Parabéns, deputado, e a todos aqui presentes.

Muito obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Obrigado, deputado Cesar Souza Júnior.

Com a palavra o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ NATAL (SC) - Boa-noite a todos e a todas.

Parabenizo o deputado Sérgio Grando por sua iniciativa. O senhor, que é da serra catarinense, já faz parte desta cidade há muitos anos, e eu, filho de São José, não sou da Idade da Pedra, mas também vivenciei grandes momentos da Ponte Hercílio Luz. Vou contar apenas um, e talvez alguém até saiba dessa história.

Eu, na condição de passageiro do transporte coletivo Biguaçu (e vou aqui me reservar a dizer o nome do motorista), atravessei de ponta a ponta a Ponte Hercílio Luz, ainda com trilho de madeira, com esse cidadão ferrado dirigindo um ônibus V8 só com os pés. Isso é real, aconteceu. Está registrado no bar do pessoal da rua Portela, em Barreiros, e muita gente sabe dessa história.

Para a minha felicidade, deputado Grando e todos que estão aqui, o compromisso do governo do Estado de Santa Catarina com a sociedade era a recuperação da Ponte Hercílio Luz, o que hoje está se concretizando, numa parceria através do Fundosocial. Vejo essas entidades reunidas, que vêm lutando há muito, já trazendo antecipadamente propostas alternativas para a utilização da Ponte Hercílio Luz antes da sua conclusão, para que, se esse momento realmente se concretizar, nós já tenhamos algumas situações definidas.

Achei extremamente interessantes as duas alternativas que foram colocadas aqui pelo nosso professor e engenheiro de metrô, e fico com a segunda opção: o metrô de superfície.

Como deputado, catarinense e florianopolitano, quero me colocar à disposição. Graças ao deputado Professor Sérgio Grando e a tantos outros é que a ponte está nesse estágio. Ninguém se acomodou. Muita gente se mobilizou e fez com que o Poder Público do Estado de Santa Catarina abrisse os olhos para a necessidade premente de a ponte continuar em pé, porque houve, sim, um alardeamento em nível nacional de que a Ponte Hercílio Luz iria cair. Graças ao governador Luiz Henrique da Silveira e a tantas outras entidades envolvidas, repito, é que estamos num estágio bem avançado na recuperação da ponte, para que a sociedade, no futuro, desfrute novamente dela.

Peço licença para me retirar, porque vou participar da sessão solene em homenagem aos quarenta anos da Fundação Catarinense de Educação Especial. Essa entidade iniciou no meu município, São José, e até hoje vem proporcionando qualidade de vida a aqueles que ela ampara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Da mesma forma, justificam a ausência os deputados Dirceu Dresch e Décio Góes.

Os companheiros do Ipuf têm dez minutos para fazer sua explanação.

Lembrei-me de um fato agora, César Valente: parece-me que, antes de ser construída a ponte, a sua família fazia o transporte através de barca, ligando a Ilha com o Continente. Por isso que é importante ter aqui testemunhas históricas.

Com a palavra o senhor Carlos Eduardo Medeiros, diretor de Operação do Ipuf.

O SR. CARLOS EDUARDO MEDEIROS - Boa-noite, deputado.

O Ipuf tem acompanhado com o Deinfra toda a reestruturação da ponte e está trabalhando com ele o transporte de massa. Em relação ao sistema viário do entorno da ponte do lado do Continente, ele já está totalmente definido, e atende todas as exigências da ponte. Se vier o transporte de massa, esse sistema viário atende, e se for continuar com o transporte individual ou transporte coletivo de ônibus, também atende.

Do lado da Ilha, em cima do Parque da Luz (e tivemos até uma reunião com o Botelho um tempo atrás, na Câmara de Vereadores), tínhamos previsão de fazer em direção à ponte uma linha reta para o transporte de massa. Porque a saída da ponte é de 90 graus no lado da Ilha, e para o transporte de massa isso pode ser um complicador, então, tínhamos previsto dentro do Parque da Luz uma linha reta. Agora, a lei do Parque da Luz foi aprovada como área verde sem essa via, e isso poderá trazer problema com relação ao transporte de massa. Então, a gente espera que, se for necessário, o Botelho dê permissão e consiga fazer essa via reta. Saliento que isso foi motivo até de uma audiência pública na Câmara de Vereadores.

Em relação ao tombamento, existem, como o Botelho falou anteriormente, três fases: municipal, estadual e federal. A municipal é a menos restritiva de todas, quando deveria ser a mais restritiva, porque é o município que legisla sobre o uso do solo. Construíram vários edifícios, mesmo havendo parecer contrário do Ipuf, e no futuro, quando a ponte estiver em funcionamento, eles poderão trazer mais problemas, do lado continental principalmente. Já estão trazendo problemas hoje, e tempos atrás foi pedido um radar naquela região por causa desses edifícios, que têm problemas de entrada e de saída.

Em relação ao projeto dele, só tem um detalhe: a primeira vez que o Figueirenses entrou no campeonato nacional, acho que em 1972, no jogo contra o Coritiba, era dia de vento sul e chuva, e perdemos o último ônibus depois que acabou o jogo. Eu devia ter uns 12 anos, e tivemos que atravessamos a ponte a pé - cinco gurizinhos de mãos dadas - naquele vento sul e chuva, olhando lá para baixo, para aquele mar perigoso. Por isso queria ver a segurança que tem esses teus passeios. É uma coisa interessante, mas tu disseste que tem a coisa do medo e tal, então queria ver como poderia fazer tudo isso.

Era só isso, deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado professor Grando) - Os senhores já estão percebendo que essa discussão da ponte envolve muitos setores, e hoje a visão tem que ser sistêmica, multidisciplinar. Não tenho dúvidas, essa ponte vai ter que ser ligada ao aeroporto, vai ter que ter transporte marítimo. Se quisermos o Figueirense no campeonato, vamos ter que ter isso. Então, tem muitas alternativas e sugestões.

Com a palavra a professora Isolde Espindola, representando a gerente da Secretaria do Patrimônio da União.

A SRA. ISOLDE ESPÍNDOLA - Eu sou a gerente atualmente.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar todos os presentes e parabenizar o deputado Grando, porque acho que a nossa querida ponte, símbolo maior do Estado, merece ter sempre um acompanhamento, além da discussão de como aproveitá-la.

Tenho uma vida toda nesta cidade, mas penso que nunca esta cidade foi pensada como um todo, nunca se fez um projeto para ela. Vejam bem, temos uma conformação urbana açoriana, com ruas estreitas, curtas, e deixamos fazer prédios como se fossem para cidades que tivessem avenidas, não é? Então, de nada adianta pensar em trens, em metrô de superfície, se continuar a construção do jeito que é. Não adianta, entenderam? Há uma massiva construção dos prédios, Florianópolis é um paliteiro só. Olhem a cidade de cima do Morro da Cruz para ver como ela é hoje e comparem o que era há trinta anos, quarenta anos.

Então, ou vamos realmente ter um plano diretor que veja a cidade como um todo ou nunca vamos ter solução - podem fazer quatro, cinco pontes, bota seja mais o que for. É essa a questão que acho que, com muita seriedade, tem que ser vista, porque nada se leva a sério.

Vejam bem, estava olhando que ali *(aponta para imagem projetada)* está em tombamento, por que então aqueles prédios do Continente foram autorizados se estavam tombados? Quando é tombado, você tem que ter um projeto específico para aquele tombamento.

O Patrimônio da União tem duas situações em relação à ponte. A primeira, diz respeito às pessoas que estão habitando ali em situação de submoradia. Isso realmente tem que ser resolvido. Todos que ficam ali, tanto do lado insular como do lado continental, estão de forma irregular, e temos que achar uma solução para isso, não só pela questão turística, mas também porque aquilo é submoradia. E nisso o Patrimônio há que se empenhar, é claro. Temos que achar uma solução para esse pessoal.

A segunda coisa que eu gostaria de dizer é que nós temos que pensar, e pensar muito bem, porque o centro da nossa cidade tem um espaço territorial muito pequeno. Alguém cogita em fazer alguma coisa e já está pensando em aterrar o mar. O Patrimônio da União tem o compromisso de preservar a sua orla, ele não tem mais a disposição de aterrar mar para qualquer coisa, não é mais essa disposição, essa discussão que se tem.

O que me parece é que a questão ambiental nunca é bem discutida. Quem olhar as fotos antigas da cidade vai ver que o centro já foi acrescido, no mínimo, três, quatro, cinco vezes. Por exemplo, aterrou-se quanto da beira-mar de São José para ligar o quê? A Praia Comprida até o Kobrasol. Está sendo bem utilizado? Qual o impacto ambiental em longo prazo que aquilo vai trazer?

A beira-mar continental vai ligar a parte da ponte até o Balneário para quê? Para valorizar os imóveis. Agora estão crescendo enormes prédios no Balneário que antes não tinha, por causa da beira-mar continental. Então, tem que ser levado muito a sério isso.

Também gostaria de dizer o seguinte: o Patrimônio tem toda disposição em usar da melhor forma possível os seus imóveis, considerando a parte turística, o desenvolvimento sustentável; agora, temos que trazer esses empreendimentos ao Patrimônio da União para discuti-los, para terem a sua concessão, a sua autorização.

Por que a beira-mar continental está parada? Por que aqui tudo se começa errado. O Patrimônio tem que dar autorização, nós temos que ter o laudo ambiental, temos que ver se pega espaço aquático, tem que passar pela Capitania, pela Antac, enfim, tudo isso tem que se manifestar. Mas, não, cada um simplesmente começa a usar aquilo. Eu sempre brinco e digo assim: vou construir a minha casa no terreno do vizinho e não falo com o vizinho. É isso que ocorre em muita coisa na questão do Patrimônio da União.

Acho que a gente tem toda disposição de discutir, de estar sempre junto; agora, comecemos as obras da forma correta, com muita responsabilidade.

Acho ótimo discutir se vai ser bonde, bonde e turismo etc., essa é uma discussão que está aí, agora, não podemos pensar em fazer bonde por causa da Copa do Mundo! Não, temos que pensar muito adiante, para daqui a trinta anos, e considerando a população. Florianópolis é muito pensada só para o turista que vem para cá e fica aqui dois, três meses; no resto do ano a comunidade sofre, porque não se pensa naqueles que vivem aqui. Eu acho ótimo que se pense, mas que se pense para o futuro: será que até Praia Comprida é suficiente? Será que até Barreiros é suficiente? E não porque vem a Copa e temos que pôr bonde ou metrô até o Figueirense. É para mais adiante que temos que pensar essa questão do metrô.

Portanto, fica a minha preocupação de que se pense esta cidade como um todo em médio e longo prazo. A nossa orla está muito deteriorada. Quanto já perdemos de praia? E refiro-me não só à balneabilidade, mas também à visibilidade. E era mais bonito! Nós temos tudo aqui: a prainha bonita onde se pode ir e esse monte de pedra que faz o final do nosso mar por todo o centro da cidade.

Mas estamos aí para, com muita seriedade e responsabilidade, ajudar a discutir esta cidade.

Obrigada. *(Palmas.)*

SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Gostaria de registrar que está havendo uma exposição no *hall* da Assembléia sobre os 82 anos da Ponte Hercílio Luz.

Bem, como não temos a lei dos consórcios em nível federal, obviamente todos os municípios da Região Metropolitana serão envolvidos nesse sistema de transporte, como Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro, além de universidades, norte da Ilha etc. Então, é uma discussão muito ampla sobre como isso vai ser feito e utilizado.

Concedo a palavra ao senhor José Antônio Latrônico Filho, do Crea/SC.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO LATRÔNICO FILHO - Queria cumprimentar o deputado Grando por mais uma oportunidade, porque em setembro já assistimos a uma audiência pública, ocasião em que foi feita a primeira etapa para viabilizar o edital da segunda etapa da ponte. Naquela oportunidade foram colocadas algumas dificuldades técnicas no sentido de encontrarmos empresas que poderiam se habilitar para a recuperação da ponte, e aí, então, foi sugerido um projeto alternativo sem descaracterização do patrimônio, até porque se houve tombamento, certamente existiram critérios.

Retiraram o edital 45 empresas, e quantas apresentaram propostas? Dois consórcios. Então, a minha pergunta é com relação ao projeto alternativo: se uma dessas empresas apresentar a recuperação em cima do projeto original, há pontuação favorável em relação a uma que apresente um projeto alternativo? Pelo que foi colocado naquela audiência em setembro, haveria muita dificuldade de as empresas apresentarem um projeto original, por isso que estariam abrindo.

Outra pergunta: se for só projeto alternativo, está havendo ressonância com o Iphan para evitar embargos futuros? Ou o Iphan está acompanhando a abertura dessas propostas para que se evite uma paralisação futura? Havendo qualquer paralisação, a gente sabe que os prejuízos são enormes, porque muitas obras ficam paralisadas por seis, oito meses. Depois, quando se retoma o estágio anterior, há prejuízo concreto e a responsabilidade fica diluída.

Era só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Eu é que agradeço.

Temos que considerar que se o metrô for utilizado na questão da recuperação da Ponte Hercílio Luz, muitos ônibus vão deixar de circular. Isso significa também a obtenção de crédito de carbono como forma de auxiliar nos investimentos para a obra.

Se alguém ainda quiser usar da palavra, faça-o agora, porque passaremos para a fase de inscrições.

Coronel Schaufert, quer fazer uso da palavra?

(O coronel Schaufert responde que não.)

Concedo a palavra ao professor Lúcio Dias da Silva Filho, pela ordem de inscrição.

O SR. LÚCIO DIAS DA SILVA FILHO - Uma preocupação que temos com relação ao metrô de superfície é que ele deve estabelecer certos princípios. Como o deputado Grando acabou de falar, a alternativa de se colocar o metrô dentro da Ilha é, prioritariamente, para diminuir o tráfego de veículos grandes, como ônibus, porque se for para colocar uma linha de metrô que vá injetar mais gente em menos espaço de tempo, como a professora Isolde, do SPU, colocou, isso é preocupante.

A nossa Ilha é limitadíssima em termos de espaço devido a maciços de montanhas, ao seu delicado ecossistema. E sua orla marítima deve ser desobstruída, porque até pouco tempo atrás não estavam respeitando as vias panorâmicas. Temos muitas vias panorâmicas para serem readequadas e repensadas. A própria cabeceira da Ponte Hercílio Luz exige a retirada de muros, tanto no lado do Continente como no lado da Ilha.

A nossa associação acha que para se colocar metrô de superfície deve-se estabelecer certos princípios relacionados a meio ambiente, ecologia e qualidade de vida do cidadão e analisar os impactos sobre eles. Só depois disso é que se vai pensar na questão da viabilidade. Se você viabiliza economicamente, muitas vezes está prejudicando a qualidade de vida. Muitas vezes isso traz prejuízo para o cidadão que comprou um determinado imóvel e levou trinta anos para pagá-lo, porque a instalação de certas vias vai depreciar esse imóvel. Esse é um exemplo, entre outros.

Então, achamos que se deve pensar em certos princípios relacionados ao meio ambiente, à qualidade de vida do cidadão. E se for para colocar metrô para trazer mais gente para a Ilha em um curto espaço de tempo... Instalar metrô significa retirar veículos de grande porte.

Seria isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Obrigado, professor.

Gostaria de deixar uma pergunta ao Carlos, do IpuF. Quando éramos prefeito, fizemos o planejamento de um redesenho em várias situações da cidade, e, se não me engano, havia um esboço de o metrô para passar sob a ponte, pendurado. Seria também uma sugestão, ou uma idéia, para deixar o vão mais livre. Gostaria de saber se pensaram nessa alternativa e se existe esse esboço lá no IpuF.

(O senhor Carlos responde fora do microfone. Inaudível.)

Com a palavra a senhora Giselle Noceti Ammon Xavier, coordenadora do Grupo CicloBrasil - Udesc.

A SRA. GISELLE NOCETI AMMON XAVIER - Obrigada, deputado Sérgio Grando.

Gostaria de cumprimentar todos os presentes e dizer que a ponte é superimportante para todos. Estou representando aqui não só o grupo CicloBrasil da Udesc (o Pedala Floripa, como começamos), mas também a ViaCiclo (Associação dos Ciclistas da Grande Florianópolis).

Para nós, a questão é pensar no todo, e a gente está vendo novamente a preocupação com VLT, a preocupação com isso, com aquilo, mas uma simples grade para os ciclistas não caírem da Ponte Pedro Ivo não foi conseguida, assim como os acessos às pontes... Ótimo, vai ter pedestre e ciclista na Hercílio Luz, mas estamos falando de mobilidade.

No caso, VLT é a solução mais cara e ciclovia e calçada é mais barata. Não adianta começar a falar em VLT se a ligação Florianópolis-Continente realmente está incentivando todos a utilizarem o carro. Por enquanto, do ponto de vista das políticas estaduais e municipais, no caso da Capital e da região metropolitana, está longe, mas muito longe de se levar a sério e priorizar o transporte público, o pedestre e o ciclista.

Parabéns pela ponte, mas eu acho que está longe de a gente conseguir dar conta de cuidar da mobilidade para quem quer caminhar e pedalar entre a Ilha e o Continente.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Nós deixamos a palavra livre para quem quiser fazer uso da mesma, por até três minutos. Em seguida o Romualdo pede um tempo para responder ou complementar alguns questionamentos.

O SR. HAMILTON ALEXANDRE - Boa-noite.

Passou ali no vídeo um prédio abandonado e ao lado daquele prédio abandonado mora a minha família até hoje. Por isso conheço a realidade da Ponte Hercílio Luz desde garoto.

Eu quero cumprimentar a Giselle pelo que falou a respeito da mobilidade em Florianópolis, que está cada vez pior. Não resolvemos problemas simples, como acessos, ciclovias; os engarrafamentos na cidade estão ficando permanentes e algumas obras viárias que foram feitas recentemente em nada têm ajudado a resolver esse problema, inclusive o elevador de Capoeiras - eu não sou engenheiro, mas é público e notório que essa obra não trouxe nenhum avanço para a resolução do problema da mobilidade na cidade.

Com relação à Ponte Hercílio Luz eu faço um questionamento: geralmente em Florianópolis nada é pensado a longo prazo. Eu moro hoje em Palhoça e levo uma hora e meia de ônibus para chegar ao centro da cidade... Há muito tempo que o governo do Estado não resolve a questão da integração metropolitana, dos ônibus dos municípios com a Capital - paga-se duas tarifas e se tem um péssimo serviço. Então, um governo que não consegue resolver o transporte metropolitano, que deixa três terminais urbanos abandonados, apodrecendo, não fazendo uso dos mesmos para essa integração, como é que vem falar em veículo de transporte rápido? Quer dizer, eu acho que isso tudo é mais um factóide, e nós estamos acostumados a ter factóides sem que ninguém reclame, a imprensa não reclama...

Para terminar, em 1999 eu conheci o senhor Romualdo e ele era, não sei se ainda é, proprietário da Tech Engenharia e no ano 2000 eu era presidente da Associação Catarinense de Empresários de Obras Públicas. A Tech Engenharia é responsável por algumas obras: não sei se pela execução ou pelo projeto do elevador de Capoeiras; pela manutenção da ponte desde 1999; e pelo contrato do edital da ponte de 2004. Eu gostaria de saber se o senhor Romualdo ainda tem alguma relação com a Tech Engenharia e com o consórcio?

(O senhor Romualdo França manifesta-se fora do microfone: "Eu?!")

Exatamente, o senhor. Eu estive com o senhor em 2000, no seu escritório em São José, na Tech Engenharia.

(O senhor Romualdo França manifesta-se fora do microfone: "Na Tech?!")

Exato. Tomara que eu esteja enganado!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Pela ordem, democraticamente, concedemos o mesmo tempo ao Romualdo.

O SR. ROMUALDO FRANÇA - Hamilton, primeiramente peço desculpas pelo fato de ter rido.

(O senhor Hamilton Alexandre manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Não, não! Eu quero te dizer que não tenho nenhuma relação com a Tech Engenharia. Eu sou nascido em Curitiba e a minha infância foi toda na região de Tubarão e Laguna. Depois vim estudar em Florianópolis, fiz a Escola Técnica Federal, fui fazer engenharia em Joinville e lá desenvolvi toda a minha vida profissional. Tenho uma empresa de engenharia, sem sombra de dúvida, chama-se Atlantes Engenharia, que não presta qualquer tipo de serviço para o Poder Público, para órgão público nenhum. Sempre fui ligado à área da construção civil e só comecei a ter envolvimento com a vida pública em 1994, quando Wittich Freitag era prefeito de Joinville.

Então, desconheço o fato de ser sócio da Tech. Desculpe-me, mas você deve ter falado com alguma pessoa muito parecida comigo e deve ter se confundido. E certamente que se essa pessoa também se chamar Romualdo eu tenho que começar a me preocupar, porque daí vai começar a fazer coisas por mim dentro de Florianópolis e São José.

Em relação a esta audiência que o professor Sérgio Grando gerou no dia de hoje, penso que alguns posicionamentos são fundamentais serem entendidos.

Nós, Deinfra, governo do Estado, vimos aqui especificamente para fazer uma apresentação sobre a Ponte Hercílio Luz, e dentro desse contexto citamos apenas uma das situações que estão em evidência, que é exatamente a integração do transporte metropolitano, que só vai ser efetivamente realizada com a resolução do problema da mobilidade de uma maneira geral, como a própria professora Giselle colocou.

Nesse sentido eu acho que a prefeitura de Florianópolis e o IpuF estão de parabéns, porque até hoje não se pensava na mobilidade sustentável e hoje já se pensa na Capital, basta ver as ações que a prefeitura tem desenvolvido para integrar toda a questão de ciclovias, o que nunca teve: eu acho que hoje nós já temos 18 quilômetros em execução na Capital.

Recentemente sentamos com a equipe do IpuF e trabalhamos toda a situação com o intuito de facilitar, porque nós temos uma situação quase que absurda: temos 136 quilômetros de rodovias dentro da Capital. Vocês sabem o que significa rodovia? Pressupõe faixa de domínio, faixa de segurança, redução à acessibilidade na rodovia... Nós vivemos esse conflito, mas numa ação de muita preocupação com o crescimento, com a revitalização urbana, o IpuF tem trabalhado fortemente nesse sentido e nós, do governo do Estado, como autarquia executiva, temos que nos limitar à ação que conhecemos, que é a de execução.

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - E o transporte marítimo, Romualdo?

O SR. ROMUALDO FRANÇA - Também, sem sombra de dúvida, inclusive existe projeto dentro do IpuF. É que se costuma, aqui na nossa Capital, direcionar todos esses questionamentos ao governo do Estado, mas na verdade essas são situações pensadas no âmbito das políticas públicas, principalmente urbanas, e isso tem sido feito.

Até hoje não se entende por que não temos transporte marítimo. Nós tivemos conhecimento das demandas e verificamos que elas viabilizam o transporte marítimo também na Capital. Eu acho que isso tudo representa situações que estão acontecendo, são fatos e não factóides. Eu também tive uma tremedeira nas pernas quando vieram falar em metrô de superfície e uma série de situações, mas não é um fato simplesmente para atender Copa do Mundo. Eu até pediria que o professor Sérgio Grando abrisse uma nova apresentação, porque só para tratarmos da questão do metrô de superfície, só para apresentarmos o que já temos de estudo, vamos levar uns quarenta minutos. Então, não é uma situação muito específica, ela envolve todo o sistema de circulação dentro da região metropolitana.

Com relação ao nosso edital, à parte de projeto alternativo da Ponte Hercílio Luz nessa segunda fase, ele não distingue o projeto alternativo do projeto básico. E há pouco me passaram a informação de que não existe pontuação específica ou separada para cada um. Vale aqui o conhecimento da empresa na sua proposta de realização da obra, de realização da alternativa. É claro que a questão da alternativa deve ser passada por todo o reconhecimento do Iphan para ver se não está agredindo, se não está funcionando, a fim de que não tenhamos surpresas lá na frente.

E nós temos tido todo o cuidado nessa obra, especificamente, tratado com muito carinho todas as instâncias da fiscalização. Já tivemos lá o Ministério Público, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas, o Iphan, constantemente envolvido, porque o que mais queremos é em 2010 entregar essa obra para a sociedade catarinense - para a Capital é importante, mas para a sociedade de Santa Catarina é muito mais. E nós temos tido todo o cuidado para terminar a obra a fim de que depois não fiquem o presidente do Deinfra, o diretor de obras e o engenheiro fiscal com processo nas costas sendo acusados de superfaturamento da obra, de que o problema é que não souberam entregar, que não teve fiscalização, que não teve envolvimento.

Era isso, professor Sérgio Grando.

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Eu pergunto se mais alguém deseja utilizar a palavra.

(O ex-deputado estadual Lauro André da Silva sinaliza que quer se manifestar, dizendo que é para matar a saudade.)

Passo a palavra ao ex-deputado estadual Lauro André da Silva.

O SR. LAURO ANDRÉ DA SILVA - Eu desejo, inicialmente, cumprimentar o grande amigo que sempre tive deputado Grando, que quando prefeito de Florianópolis fez uma vistoria geral, com levantamento aerofotográfico dos proprietários, e até hoje estou pensando por isso, porque de R\$ 500,00 passei a pagar R\$ 1.000,00 de IPTU e nunca mais mudou. Isso o senhor me deve! *(Risos.)*

Mas vou relembra uma coisa do passado. Mais ou menos em 1960 eu estava em Rio do Sul e numa eleição o Wenceslau Borini, que foi um grande prefeito de Rio do Sul, elegeu-se deputado ou foi chamado para... Naquele tempo tinha muito substituto, eram quarenta deputados e quarenta substitutos, e ele pegou uma beiradinha e veio para a Assembléia. Ao chegar aqui ele olhou a Ponte (não tinha a Ponte Colombo Salles, era só a Hercílio Luz mesmo) e decidiu discutir na Assembléia como resolver o transporte de Florianópolis. Ele, meio colonão, disse: é muito fácil, coloquem um tubo grande lá no mar, que passe por baixo da água, que não incomoda ninguém. Naturalmente já estava prevendo a ligação da Inglaterra com a França, não é? *(Risos.)* Isso nunca foi falado aqui e, naquele tempo, realmente se transformou numa tempestade, com algumas pessoas chegando a dizer que ele era louco.

Aí veio uma primeira ponte, a ponte que levou o nome do ex-governador Colombo Salles. Aliviou o trânsito? Aliviou, porque nós vínhamos de Rio do Sul, do Alto Vale, e ao chegar no Estreito ficávamos entupidos meia hora, uma hora. Eu perdia o meu programa na televisão, mesmo vindo com três horas de antecedência, porque ali no Estreito eu ficava amarrado e aí não podia falar. Não perdi a eleição, naquela eu ganhei, mas depois não adiantou mesmo, eu perdi. *(Risos.)*

Então, o trânsito de Florianópolis está entulhado demais! Entram oitocentos carros por mês aqui em Florianópolis! Não há como você espalhar isso... Eu moro no Jardim Atlântico e observo o movimento de vaivém - parece que ninguém trabalha, só anda na estrada! *(Risos.)* É um em disparada para Biguaçu, para aquela região, é outro que vem para cá... Está tudo cheio, um movimento imenso. As placas ali marcam 60 quilômetros, mas ninguém roda com velocidade inferior a 80 quilômetros, 90 quilômetros, 100 quilômetros por hora! Ai vêm os motoqueiros por trás, que representam um perigo, e há cada vez mais motocas na estrada. Bicicletas? Só um louco anda de bicicleta por aí! Só doido!

Esse caos no trânsito só vai acabar no dia em que se fechar as portas: só se entra aqui a pé! Vai até o Estreito e vem para cá, para a Ilha a pé. Daí, sim, porque do jeito que está... É São Paulo... Até Curitiba, que tem um trânsito espetacular, está expandindo porque não dá conta, pois é muito carro na estrada.

Então, eu acho muito importante o trabalho que vocês estão fazendo, Grando. Com bonde ou sem bonde, de qualquer forma é obrigado a limitar a vinda de veículos para o centro e não empurrar o povo que vem para cá. Eles vêm, não adianta. Ninguém segura. Agora, segurar o carro lá no Estreito eu até acho viável, mas não o passageiro. O passageiro quer vim à catedral, quer visitar o centro. Na verdade o trânsito está difícil em todo o lugar. Se você for numa cidade... Rio do Sul, por exemplo, quando eu fui para lá em 1954 tinha três automóveis, hoje cada família tem dois carros - tem cinquenta mil pessoas lá, tem cem mil carros. É uma violência o que está acontecendo; o desenvolvimento está grande.

Muito obrigado. E matei a minha saudade! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Só para avisar ao nosso amigo Lauro que o nosso princípio era não aumentar o IPTU, e realmente nunca aumentamos, mas cobrar de quem devia *(risos)*, e para isso tínhamos que fazer o levantamento.

O pessoal da ViaCiclo já falou, mas vou deixar mais um, o nosso grande atleta Milton Della Giustina.

O SR. MILTON DELLA GIUSTINA - Boa-noite. Cumprimentando o deputado Sérgio Grando eu cumprimento todos os presentes.

Quero complementar alguma coisa que aqui foi dita sobre os loucos que andam de bicicleta, e ele está absolutamente certo a esse respeito. Hoje, andar de bicicleta realmente é coisa de louco, e por isso estamos lutando para deixar a pessoa certa andar de bicicleta.

Eu quero fazer algumas colocações para que sirvam de reflexão durante os projetos e os pensamentos sobre a reutilização da nossa querida Ponte Hercílio Luz. Primeiramente, não sou contra o VLT, que se faça o bonde. Qualquer coisa que se faça para que as pessoas cheguem mais rápido ao seu destino é muito importante, mas que isso não seja para dar mais espaço ao trânsito automotor individual. Esse é o grande problema. Todo mundo pensa em melhorar a circulação, fala-se em fazer a quarta ponte, mas, se prestarem atenção nas imagens tiradas de um simples helicóptero no horário de pico, verão que o trânsito está entupido na Trindade, na Beira Mar, na saída da ponte. Ou seja, o problema não é a travessia da ponte e, sim, o excesso de carro na Ilha e a grande quantidade de carro que está chegando à cidade.

Costumo dizer, e outras pessoas já devem ter dito, que a bicicleta não é solução de todos os problemas, mas, com certeza, sua integração irá melhorar em muito. Felizmente eu tenho carro para vir aqui, para andar na via, mas na maioria das vezes estou de bicicleta por opção. Na hora em que estou de bicicleta, não estou cuidando apenas da minha saúde e do meio ambiente, mas é um veículo a menos na via. As pessoas que realmente precisam andar de carro verão um carro a menos na rua para ele poder andar. As pessoas que são contra a bicicleta ou que não dão atenção à bicicleta, pelo menos devem pensar nisso: na hora em que ele cuida das pessoas que estão andando de bicicleta, ele está incentivando que mais pessoas utilizem bicicleta e menos pessoas estejam nas vias poluindo o nosso espaço.

Então, é importante que o sistema seja repensado, mas não podemos fugir do transporte integrado. Temos que integrar os vários modais para que as pessoas, ao se deslocarem, possam usar o que lhe é mais benéfico, mais rápido e necessário.

Muito obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Professor Grando) - Meus amigos, são tanto os assuntos que poderiam ser levantados... Quando se falou em fazer o túnel aqui no morro, Osmar Cunha, por achar que o morro iria cair, impediu. Tantos exemplos que nós tivemos. Falamos pouco da questão beira-mar continental... Mas pelas propostas colocadas, qual é a função do Poder Legislativo? Não somente, claro, mas uma delas é fiscalizar.

Então queria conchamar todos a discutir, porque na democracia participativa não é somente os que foram eleitos ou que desempenham os cargos, mas todas as organizações não-governamentais, todos os movimentos. De tempos em tempos poderíamos nos encontrar para ver como está o andamento dessa obra, com está ocorrendo, quais são outras sugestões, para que possamos fazer uma sinergia, já que participaremos de muitas reuniões e discussões interligadas.

Eu gostaria de colocar - e já informo à assessoria que aqui está - a sugestão para formarmos uma comissão, que não é permanente, nem limitada, mas que continue fazendo a sinergia e fazendo discussões, não somente nesta Casa, mas em outros lugares, quando convocados. Pode ser lá no Crea, pode ser na Associação dos Engenheiros, pode ser lá no Deinfra, pode ser lá na cabeceira da ponte, no Ipuf, enfim, onde existam sugestões e idéias para que possamos nos aprofundar cada vez mais.

Eu acho que aí estaremos fiscalizando, porque me preocupo com uma questão: todo mundo fala em 2010. Mas não está tão longe! Já estamos na metade de 2008 e 2010 está chegando, e aí vamos resolver a obra e não vamos resolver os problemas ambientais, patrimoniais, de leis, transporte, e vamos deixar a burocracia parando tudo e as conseqüências podem ser muito piores com esse grande investimento de recursos públicos que, com muita coragem, está se fazendo. Vocês não imaginam como isso é difícil. Vocês viram como a ponte se encontrava e acho que está muito bem colocado o elo existente entre o passado e o futuro.

Então, vamos fazer uma comissão mais ampla do que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, que é composta por parlamentares e presidida pelo deputado Décio Góes, começando pelas entidades e pessoas que aqui estiveram, podendo ser ampliada junto com os parlamentares, para que fiscalizemos tão importante obra, dando sugestões, idéias e discutindo. Na próxima reunião poderá aumentar o número de pessoas, não necessariamente precisa ser aqui, mas pelo menos a cada três meses, quatro meses, é necessário avaliarmos se está indo corretamente, não é, Romualdo, se teve algum percalço, se não deu correto, se houve algum problema técnico. Eu acho que esse é o nosso dever.

Se os senhores conhecerem mais pessoas e houver uma próxima reunião, convidem, porque poderão ter alternativas diferentes e melhores. Vamos deixar a criatividade, esse é o momento, para depois - e aqui em Florianópolis há um costume: depois de a obra estar feita, aparecem os chamados engenheiros de obras feitas que depois ficam dando palpites: seria melhor assim ou seria melhor assado. Temos tempo para isso, uma vez que tem uma etapa agora que é restaurar a ponte, deixá-la viável e, depois, o quanto isso implica; praticamente todos os setores estão relacionados, como você falou aqui, do meio ambiente à qualidade de vida.

Agradeço a presença de todos e vamos em frente com esta proposta.

Obrigado a vocês. *(Palmas.)*

(Está encerrada a audiência pública.)

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1653ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1653ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento ao Colegiado dos assuntos originários da Procuradoria tratados na reunião da Mesa do dia 09/07/08 e do parecer exarado na Consulta - Ofício ZE 101/SISA nº 071/2008 de 01/07/08, Interessado: Luiz Henrique Martins Portelinha - Juiz da 101ª Zona Eleitoral "solicitação de um motorista e um veículo para o TRE/SC para a 101ª Zona Eleitoral". 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1130/08, de Julia da Silva Milis Syracuse; Processo nº 1122/08, de Márcia Ditrlich Tosetto; Consulta - Ofício nº 141/08 de 07/07/08, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "solicitação do deputado Nilson Gonçalves, sobre nomeação e exoneração de funcionário comissionado durante as eleições municipais". Dando continuidade, foi aprovado por unanimidade pelo deferimento quanto ao período de férias integralizado e indeferido, por maioria, quanto ao período proporcional nos processos: Processo nº 1980/08, de Roselei Márcia da Silva e Processo nº 1922/08, de Tadeu Genovez da Silva. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1129/08, de Joelci Tiscoski; Processo nº 1048/08, de Neucy Ferreira; Processo nº 0908/08, de Maria Beatriz Pinheiro Ferreira; Processo nº 0972/08, de Luiz Alberto Seccon e Processo nº 1030/08, de José Ilton Pereira. 3) Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1131/08, de Emir José de; Processo nº 1128/08, de Marcelo Sérgio Soares; Processo nº 1127/08, de José Lúcio Buchele; Processo nº 1051/08, de Maria de Fátima da Rocha; Ofício nº 063/08 de 13/06/08, Interessado: Ademair Koerich - Procuradoria de Finanças "encaminha Ofício TCE/SEG nº 7518/08 e a Decisão Singular nº GC-WRW - 191/08 do TCE/SC"; e o Processo nº 0973, de João Fulvio Furtado Vieira, este pelo arquivamento. O Relator retirou de pauta o Processo nº 1005/08, de Ângela Aparecida Bez. 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1136/08, de Vergílio Ponciano; Processo nº 1124/08, de Henrique José da Costa; Processo nº 1079/08, de Lisane Dadam; Consulta CL nº 263/08 de 02/07/08, Interessado: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Edital de Pregão - reforma sanitários"; Consulta CL nº 276/08 de 08/07/08, Interessado: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Contrato com a Empresa Marchetti Bonetti Arquitetos - projeto que visa alterar o hall de entrada do Palácio Barriga-Verde" e retirado de pauta pelo relator a Consulta - Ofício nº 101/08/DF de 25/06/08, Interessado: Diretoria Financeira da ALESC "pagamento referente processo nº 3022/07 de 26/11/07 para a Associação dos Diplomatas da Escola Superior de Guerra - ADESG". 5) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1132/08, de Guido Wiggers Junior; Processo nº 1047/08, de Henrique Ramos Filho; Processo nº 1123/08, de Zany Estael Leite; Processo nº 1012/08, de Iwana Lúcia Lentz; Processo nº 0983/08, de Cecília Biesdorf Thiesen, e aprovado por unanimidade pelo deferimento quanto ao período de férias integralizado e indeferido, por maioria, quanto ao período proporcional o Processo nº 1041/08, de Éderson Giovani Gava. 6) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1135/08, de Gabriel Barbato; Processo nº 1121/08, de Solange Bernadete Radtke Brasil Gonçalves, abstendo-se de votar pelo grau de parentesco neste o Dr. Fausto Brasil Gonçalves; Processo nº 1126/08, de Rosângela Bittencourt e Processo nº 1006/08, de Ângela Aparecida Bez, abstendo-se de votar pelo grau de parentesco neste a Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1134/08, de Isabela de Araújo Brand Flores; Processo nº 1125/08, de Carlos Castilho de Matos. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia dezesseis (16) de julho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 09 de julho de 2008.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE**ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA**

As nove horas do dia oito de julho de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos demais senhores Deputados: Herneus de Nadal, Gelson Merísio, Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Pedro Baldissera, Narcizio Parisotto, Pedro Uczai, Ismael dos Santos substituindo/Jean Kuhlmann e Herneus de Nadal. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou para aprovação a ata da 14ª reunião ordinária e 1ª e 2ª reuniões conjuntas da Comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho Administração e Serviço Público, que foram aprovadas por unanimidade. O Deputado Ilmael dos Santos relatou o PL/0162.7/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, o PL/0173.0/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli, o PEC/0003.1/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, o PL/0131.0/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PL/0668.6/07, exarando voto vista contrário, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Joares Ponticelli. O Deputado Marcos Vieira relatou o PL/0107.0/08, exarando parecer contrário, que colocado em discussão, foi aprovado cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai. O Deputado Pedro Uczai relatou o PL/0035.1/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Herneus de Nadal, o PLC/0015.3/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira e o PLC/0008.4/08, exarando parecer favorável com emenda modificativa, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira. O Deputado Gelson Merísio relatou o PL/0151.4/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0087.2/08, exarando parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Romildo Titon relatou as seguintes matérias: os PLs/0189.7/08, 0196.6/08, 0181.0/08 e 0187.5/08, exarando parecer pela diligência interna à todos, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, os PLs/0176.2/08, 0167.1/08, 0183.1/08, 0193.3/08, 0168.2/08, 0190.0/08 e 0131.0/08, exarando parecer favorável à todos, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, e por último o PLC/0021.1/08, exarando parecer favorável com emenda substitutivo global, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 08 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO**AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 1298/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 027/2008, referente a aquisição de 100 (cem) licenças para banco de dados cachê elite versão 5.2 win 32 bits, obteve o seguinte resultado:

Item único -

Vencedora: INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 82.000,00

Florianópolis, 16 de julho de 2008.

VALTER EUCLIDES DAMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATO

Extrato N.º 086/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 040/2008, celebrado em 10/07/2008.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: Marchetti + Bonetti Arquitetos Associados.
 OBJETO: Prestação de serviços de consultoria em arquitetura a serem executados pela CONTRATADA nos projetos de interiores da ALESC.
 VALOR GLOBAL: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
 PRAZO: compreendido o período entre a data de sua assinatura a 31/12/2008.
 ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato correrão à conta da Ação 1144 (Manutenção Serviços Administrativos Gerais) e do Item Orçamentário 3.3.90.39.05 (Serviços Técnicos Profissionais), todos do Orçamento da ALESC.
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; Autorização para Compras e Serviços de Pequeno Valor n.º 00669/2008-CDD; e Autorização administrativa, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
 Florianópolis, 10 de julho de 2008.
 Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
 Diretores Tais Adriana Marchetti Bonetti e Giovani Bonetti - Marchetti + Bonetti Arquitetos Associados.

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 153/2008

HOSPITAL SÃO BENEDITO

Ofício nº 05/08 Benedito Novo, 15 de julho de 2008.
 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 Florianópolis-SC

Prezados Senhores,
 Vimos através do presente enviar a documentação referente ao cumprimento da lei nº 14.182.
 Atenciosamente,

ACARIN KLITZKE
 Presidente

*Lido no Expediente
 Sessão de 16/07/08*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 154/08

Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Federal Brasília - D.F.

Ofício C. 001/CEAEC/GAC Brasília, 30 de junho de 2008.
 Ao Exmo Sr.

Presidente **Júlio Garcia**
 Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Cedtro
 88020-900 - Florianópolis - SC

Ilustre Presidente,
 A Ordem dos Advogados do Brasil, através de seu Conselho Federal e de sua Comissão de Apoio à Emenda Constitucional de Iniciativa Popular, **vem dirigir a Vossa Excelência** e a seus nobres pares de Legislativo Estadual, **um apelo da cidadania, um anseio da democracia participativa**, um chamado para a **inovação democrática** que **reclama o nosso atual modelo de iniciativa para reforma da Constituição Federal**.

Não obstante os inegáveis matizes democráticos da Constituição Federal de 1988, que inovou, e muito, no que toca à participação popular no exercício do poder, como são exemplo o referendo (14, II c/c 49, XV, primeira parte) e o plebiscito (14, I c/c 49, XV, segunda parte), ainda falta à cidadania brasileira, isto é, ao nosso Povo, o direito de ter parte na reforma da constituição, sem embargo de já dispor do instrumento constitucional de iniciativa em matéria legislativa ordinária (artigos 61, § 2º c/c 14, III).

Muitas Assembleias Estaduais Constituintes, reconhecendo esse déficit de democraticidade de nossa Carta Federal, buscaram corrigir a falha nas Constituições Estaduais, assegurando ao Povo de seus respectivos Estados-Membros o direito legítimo de provocarem reformas das Cartas Fundamentais das unidades da Federação.

Exemplos edificantes dessa compreensão democrática do Processo de reforma da Constituição constam das Cartas Magnas dos seguintes Estados-Membros da Federação brasileira: **Acre**, art. 53, III; **Amapá**, 103, IV; **Amazonas**, 32, IV; **Bahia**, 74, IV; **Distrito Federal**, 70, III; **Goiás**, 19, IV; **Espírito Santo**, 62, III; **Pará**, 103, V; **Pernambuco**, 17, III; **Rio Grande do Sul**, 58, IV; **Santa Catarina**, 49, IV; **São Paulo**, 22, IV; **Sergipe**, 56, IV.

Esse espírito democrático que animou os constituintes de nossas augustas Assembleias Estaduais agora é chamado para uma tarefa maior, a tarefa superior de, elevando-se ao altiplano da nacionalidade, fazer com que o constituinte de reforma federal consinta a expansão da democracia por mais este meio da civilidade política: **a iniciativa popular em matéria de emendas à Constituição Federal**.

Nada mais justo e democrático que as Assembleias Estaduais, que já deram exemplo de democraticidade em seus espaços de competência política, doravante provoquem o Congresso Nacional a concretizar esse reforço democrático, através de iniciativa de reforma à Constituição Federal prevista no inciso III, do artigo 60, *caput*.

Nesse propósito rico à Democracia brasileira todas as instituições defensoras da eticidade política, da legalidade democrática, do Estado de Direito e da República, devem unir esforços de toda sorte, para levar a cabo tão nobre ideal pertinente ao aperfeiçoamento democrático de nossas instituições - *a introdução, no plano federal, da iniciativa popular em matéria de emenda à Constituição Federal*.

A OAB-Federal, através da Comissão de Apoio à Emenda Constitucional de Iniciativa Popular, remete a esta Colenda Casa de Leis um modelo de anteprojeto de Emenda à Constituição Federal para **introduzir o inciso IV** ao artigo 60 *caput*, que teria a seguinte redação:

"Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
IV - de um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com três décimos por cento dos eleitores de cada um deles."

No objetivo que esta Assembleia, e, no mínimo, mais 13 Casas Legislativas de nossa Federação possam levar ao Congresso esse apelo da Democracia, a OAB, através da referida Comissão, se coloca ao dispor de Vossa Excelência e de seus eminentes colegas, para, em foros locais de debate, discutir, esclarecer e servir de elo de ligação entre todas as Assembleias que atenderem ao chamado da causa republicana.

Com este fim, poderemos nos deslocar à sua Colenda Casa, no desiderato de debater e esclarecer seus ilustres integrantes acerca dessa *iniciativa popular*, ainda inédita em toda a história de nosso constitucionalismo federal, mas já presente em nosso constitucionalismo estadual.

Informamos que pela vez primeira em nossa história constitucional, *se obtivermos o apoio desta Colenda Casa (e de mais 13 irmãs de Federação)*, o Congresso apreciará proposta de emenda advinda da união das vontades democráticas das **Assembleias Estaduais**. De sorte que esse será **outro fato histórico** a legitimar e a coroar de brilho cometimento de tamanha envergadura que partirá dos Órgãos Legislativos Estaduais.

segue anexo anteprojeto com o texto de reforma e sua justificativa jurídica e política.

Ao apresentar os votos de elevada estima e distinta consideração, esperamos o retorno desta nobre Presidência para que possamos iniciar tratativas e dar cabo de tão importante projeto em prol da cidadania

Cezar Britto
 Presidente
 *** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1420, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LEANDRO DA SILVA CONSTANTE**, matrícula nº 5307, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PMDB).

Neroci da Silva Raupp
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1421, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR GIANINA FACCI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Liderança do PMDB).

Neroci da Silva Raupp
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1422, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1128/2008,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **MARCELO CESIO SOARES**, matrícula nº 4679, quota de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidente sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 3% (três por cento), a contar de 1º de julho de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1423, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
0550	Henrique Ramos Filho	11/07/95	10/07/00	1047/2008
0550	Henrique Ramos Filho	11/07/00	10/07/05	1047/2008
0464	Neucy Ferreira	02/07/02	21/06/08	1048/2008
2139	Solange B. R. B. Gonçalves	12/10/02	15/06/08	1121/2008
1469	Marcia Ditttrich Tosetto	02/07/03	01/07/08	1122/2008
0784	Zany Estael Leite	12/06/03	26/06/08	1123/2008
0772	Henrique José da Costa	29/06/03	28/06/08	1124/2008
0763	Carlos Castilho de Mattos	27/06/03	26/06/08	1125/2008
0619	Rosangela Bittencourt	10/04/01	23/05/06	1126/2008
0295	José Lucio Buchele	10/04/03	28/05/08	1127/2008

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1424, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VAGNER ESPINDOLA RODRIGUES**, matrícula nº 5385, do cargo de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (1ª Vice-Presidência).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1425, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **RODRIGO RODRIGUES**, matrícula nº 5386, do cargo de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (1ª Vice-Presidência).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1426, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR RODRIGO RODRIGUES, matrícula nº 5386, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (1ª Vice-Presidência).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1427, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1311, de 08/07/2008,

que nomeou **FABIANO GUSTAVO BUSSI**.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1428, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **IGOR BATISTA MONTEIRO RAFAEL**, matrícula nº 5608, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1429, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MONICA GRAZIELE BURIGO**, matrícula nº 4970, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1430, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MONICA GRAZIELE BURIGO, matrícula nº 4970 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1431, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR IGOR BATISTA MONTEIRO RAFAEL, matrícula nº 5608 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1432, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na sequência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Ivan Althoff de Medeiros	1848	3%	30%	30/06/08	1133/2008
Luiz Henrique Russi	1567	3%	36%	07/07/08	1241/2008
Alexandre da Silva	3346	3%	9%	05/07/08	1242/2008

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1433, de 16/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 030/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 205/08****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 662**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Tubarão".

Florianópolis, 15 de julho de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 16/07/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

EM nº 72/2008 Florianópolis, 09 de maio de 2008.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a adquirir, por compra do Município de Tubarão, de propriedade de Senhor Jocenir de Souza e Senhora Augusta Bristot de Souza, um terreno com quatrocentos e noventa e seis metros e oitenta decímetros quadrados, contendo benfeitoria avaliado em R\$ 138.511,03 (cento e trinta e oito mil reais e três centavos), matriculado sob o nº 25.550 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão.

A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem por finalidade a construção de uma quadra de esportes para a EEBB. Lino Pessoa, no município de Tubarão.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Antônio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Administração

PROJETO DE LEI Nº PL/0205.1/2008

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Tubarão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por compra, no Município de Tubarão, um terreno com quatrocentos e noventa e seis metros e oitenta decímetros quadrados, contendo benfeitoria, avaliado em R\$ 138.511,03 (cento e trinta e oito mil reais e três centavos), de propriedade de Jocenir de Souza e Augusta Bristot de Souza, matriculado sob o nº 25.550 no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Tubarão.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos para dispensa de licitação constante no inciso X do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem por finalidade a construção de uma quadra de esportes da E.E.B. Lino Pessoa.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Tubarão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 546/07**

Institui o programa de atendimento a crianças e adolescentes - "Sim à vida, não às drogas" e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o programa estadual de atendimento às crianças e adolescentes dependentes de drogas - "Sim à vida, não às drogas", conforme disposto no art. 101, inciso VI, da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º O programa estadual de atendimento às crianças e adolescentes dependentes de drogas - "Sim à vida, não às drogas", abrange internação emergencial, para casos agudos de overdose e síndrome de abstinência, tratamento ambulatorial, orientação e apoio psicológico às famílias e ações de prevenção.

Art. 3º O programa estadual de atendimento às crianças e adolescentes dependentes de drogas - "Sim à vida, não às drogas", será realizado em conformidade com as diretrizes gerais definidas pelos: Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual de Saúde, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Saúde que desenvolverão seus trabalhos, através de uma equipe interdisciplinar formada por médicos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e advogados.

Art. 4º O programa estadual de atendimento às crianças e adolescentes dependentes de drogas - "Sim à vida, não às drogas", obedece aos preceitos de descentralização administrativa, e será realizado em conjunto com os municípios interessados.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentais próprias.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará no que couber a presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI N. 0034.0/2008

"Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes e adota outras providências".

Art. 1º Os consumidores finais de lubrificantes devem devolver as embalagens plásticas de óleo lubrificantes usadas, em face do risco de contaminação do meio ambiente, para os estabelecimentos comerciais em que foram adquiridas.

Art. 2º Os fabricantes, importadores e distribuidores de óleos lubrificantes deverão disponibilizar centros de recebimento de embalagens plásticas usadas e se responsabilizar pela sua destinação final, fiando assim obrigados a implantar processo de reciclagem ou destinação final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes.

Parágrafo único. A reciclagem ou destinação final deverá ser processada de forma tecnicamente segura e adequada à saúde pública e ao meio ambiente, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade, ficam ainda estes obrigados a desenvolver campanhas de esclarecimento à população sobre a importância da destinação final ambientalmente correta da embalagem plástica contaminada com óleos lubrificantes.

Art. 3º Os revendedores ficam obrigados a aceitar de seus consumidores, a devolução das embalagens plásticas de óleos lubrificantes, drenando-as e acondicionando-as adequadamente nos pontos de venda através de armazenagem ambientalmente seguras, obedecidas às normas ambientais e de saúde pública, bem como as recomendações dos fornecedores e ou fabricantes. As embalagens de óleos lubrificantes deverão ser entregues pelos revendedores aos centros de recebimento de embalagens usadas.

Art. 4º As embalagens plásticas de óleos lubrificantes, em face do risco de contaminação do meio ambiente, não poderão ser destinadas a aterros sanitários.

Art. 5º Compete à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, à Polícia Ambiental e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no limite de suas competências, condicionar a renovação da licença ambiental de operação à comprovação do cumprimento desta Lei assim como exercer a fiscalização relativa ao cumprimento da mesma.

Art. 6º O não cumprimento das disposições desta Lei, sujeitará aos infratores à penalidade prevista nas Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 8º Os fabricantes, importadores, distribuidores e revendedores de óleos lubrificantes terão prazo de 180 dias para implementar as exigências da regulamentação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Herneus de Nadal

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 04/06/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 15/07/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 034/08

Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os consumidores finais de lubrificantes devem devolver as embalagens plásticas de óleo lubrificantes usadas, em face do risco de contaminação do meio ambiente, para os estabelecimentos comerciais em que foram adquiridas.

Art. 2º Os fabricantes, importadores e distribuidores de óleos lubrificantes deverão disponibilizar centros de recebimento de embalagens plásticas usadas e se responsabilizar pela sua destinação final, ficando assim obrigados a implantar processo de reciclagem ou destinação final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes.

Parágrafo único. A reciclagem ou destinação final deverá ser processada de forma tecnicamente segura e adequada à saúde pública e ao meio ambiente, observadas as normas ambientais, especialmente no que se refere ao licenciamento da atividade, ficam ainda estes obrigados a desenvolver campanhas de esclarecimento à população sobre a importância da destinação final ambientalmente correta da embalagem plástica contaminada com óleos lubrificantes.

Art. 3º Os revendedores ficam obrigados a aceitar de seus consumidores, a devolução das embalagens plásticas de óleos lubrificantes, drenando-as e acondicionando-as adequadamente nos pontos de venda através de armazenagem ambientalmente seguras, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública, bem como as recomendações dos fornecedores e/ou fabricantes. As embalagens de óleos lubrificantes deverão ser entregues pelos revendedores aos centros de recebimento de embalagens usadas.

Art. 4º As embalagens plásticas de óleos lubrificantes, em face do risco de contaminação do meio ambiente, não poderão ser destinadas a aterros sanitários.

Art. 5º Compete à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, à Polícia Ambiental e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, no limite de suas competências, condicionar a renovação da licença ambiental de operação à comprovação do cumprimento desta Lei assim como exercer a fiscalização relativa ao cumprimento da mesma.

Art. 6º O não cumprimento das disposições desta Lei, sujeitará os infratores à penalidade prevista nas Leis federais nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º Os fabricantes, importadores, distribuidores e revendedores de óleos lubrificantes terão prazo de cento e oitenta dias para implementar as exigências da regulamentação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 038/08

Concede ao Município de São João do Oeste o título de Capital Catarinense da Língua Alemã.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido o título de Capital Catarinense da Língua Alemã ao Município de São João do Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 074/08

Altera dispositivo da Lei nº 13.553, de 2005, que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 13.553, de 16 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC será elaborado e, quando necessário, atualizado, pelo Poder Executivo, na instância técnico-administrativa de um Grupo de Coordenação dirigido pela Secretaria de Estado do Planejamento, cuja composição e forma de atuação serão definidas no decreto regulamentar a que se refere o art. 10 desta Lei." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 114/08

Denomina Henrique Isensee o Ginásio de Esportes anexo à EEB Arnaldo Agenor Zimmermann, no Município de Gaspar.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Henrique Isensee o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Arnaldo Agenor Zimmermann, no Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 262/07

Dispõe sobre a criação de programas de capacitação de pessoal pela Secretaria de Estado da Educação, voltados aos deficientes visuais, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica criado o Programa de Capacitação de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, voltado ao atendimento dos deficientes visuais.

Parágrafo único. O pessoal de que trata o *caput* é compreendido por professores e funcionários da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e oitenta dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA

"Parágrafo único. O cartaz, a que se refere este artigo, terá 30 cm. (trinta centímetros) de base por 20 cm. (vinte centímetros) de altura e será afixado com antecedência mínima de 07 (sete) dias do aumento da tarifa, em local de fácil visibilidade por parte dos usuários."

Sala das Comissões, em

Deputado Herneus de Nadal

Líder do Governo

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 09/07/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 15/07/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 274/07

Determina a afixação de informação sobre aumento de tarifa, nos veículos de transporte coletivo intermunicipal, nos terminais rodoviários que operam no Estado de Santa Catarina, nos estabelecimentos e postos de venda de passagens.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º É obrigatória a afixação de cartaz, no interior dos ônibus de transporte coletivo intermunicipal, nos terminais rodoviários que operam no Estado de Santa Catarina, nos estabelecimentos e postos de venda de passagens, informando o dia e o valor do aumento da tarifa do referido serviço público.

Parágrafo único. O cartaz, a que se refere este artigo, terá 30 cm (trinta centímetros) de base por 20 cm (vinte centímetros) de altura e será afixado com antecedência mínima de 07 (sete) dias do aumento da tarifa, em local de fácil visibilidade por parte dos usuários.

Art. 2º É de responsabilidade da(s) empresa(s) concessionária(s) ou permissionária(s) de transporte intermunicipal de passageiros, a confecção e a afixação do cartaz informativo.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à sanção administrativa na forma estabelecida em lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 15 de julho de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***